



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

satisfação geral, e evidenciou a crescente melhora nos serviços prestados, fruto deste projeto.

Abaixo, segue comparativo entre as pesquisas de satisfação realizadas:

Tabela 56 - Comparativo do resultado das pesquisas de satisfação em 2015 e 2016

Avaliação – Asseio e Conservação – Fórum Clóvis Beviláqua			
Itens avaliados	março/15	setembro/15	março/16
1 – Assiduidade e pontualidade dos auxiliares de limpeza	87,00%	90,91%	92,66%
2 – Quantidade da limpeza nas salas	73,00%	70,13%	81,65%
3 – Qualidade na limpeza dos banheiros das unidades	46,00%	51,95%	66,97%
4 – Qualidade do material utilizado na limpeza	34,00%	42,86%	52,29%
5 – Qualidade da limpeza nas áreas comuns	40,00%	54,55%	62,39%
6 – Qualidade da limpeza nas áreas externas	38,00%	57,14%	58,72%
7 – Qualidade da limpeza dos elevadores	42,00%	63,64%	73,39%
8 – Apresentação pessoal dos auxiliares de limpeza	72,00%	85,71%	86,24%
9 – Relacionamento dos auxiliares de limpeza	95,00%	97,40%	97,25%
10 – Fiscalização dos supervisores	62,00%	61,04%	68,81%
11 – Grau de satisfação geral com o serviço de limpeza do FCB	34,00%	61,04%	63,30%

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

A seguir passa-se a relacionar as principais ações realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais no biênio 2015-2016:

Tabela 57 – Ações realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2015

Unidade	Ação
Seção de Manutenção e Zeladoria	Implantação, com adequação de ambiente e instalação de equipamentos, das novas salas destinadas à Central de Solução de Conflitos e Cidadania
	Implantação, com reforma e adequação de ambientes, do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia, inclusive na área da carceragem
	Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II e III – Especialidade Varas de Família
	Implantação da Secretaria de 1º Grau de Jurisdição IV – Especialidade Varas de Execução Penal
	Instalação da oficina de informática
	Adequação de espaços para arquivo para a informática e setor de certidões
	Manutenção predial em toda a Comarca de Fortaleza, em especial as centrais de ar-condicionado do FCB; elevadores; subestações do FCB; <i>Data Center</i> ; Estação de Tratamento de Esgoto



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Unidade	Ação
	Instalação de redutores de vazão nas torneiras automáticas instaladas nos banheiros do Fórum Clóvis Beviláqua, confeccionados a partir de canos de PVC, restos de obras
	Retirada e limpeza dos espaços com entulhos, lixo séptico e descartes de lâmpadas
	Doação de material reciclável (papel, plástico, vidro, papelão)
	Mutirão de limpeza dos janeliros; vidros das entradas principal e secundária; corredores internos e públicos; carpetes dos 4 salões do júri e auditórios, inclusive as poltronas; entre outros
	Treinamento para os supervisores e auxiliares de limpeza quanto ao uso correto do material de limpeza; segurança do trabalho; e comportamento no ambiente de trabalho
	Troca de 100% dos garrafões de água mineral e higienização dos geláguas
Seção de Patrimônio	Montagem de 14 salas ou unidades judiciárias, entre elas as novas Varas Cíveis, a Vara Única de Custódia, as Secretarias Judiciárias de 1º Grau II, III e IV e a Sala de Biometria do TRE
	Distribuição e remoção de mais de 1.200 equipamentos de informática como: computadores, impressoras, <i>scanners</i> , leitores óticos, etc.
	Criação de ordem de serviço para controle das demandas do Fórum de material e serviços pertinentes à Seção de Patrimônio, visando a um melhor controle dos bens que se encontram sob a sua responsabilidade, tendo em vista que, em 2015, foram, em média, 140 ordens de serviços mensais entre distribuição, remoção, substituição de bens

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Tabela 58 - Ações Realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2016

Unidade	Ação
Seção de Manutenção e Zeladoria	1. Ações realizadas no Fórum Clóvis Beviláqua:
	1.1 Execução de cerca de 2.700 ordens de serviço de manutenção predial em 2016
	1.2 Transferência do local do restaurante
	1.3 Implantação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia
	1.4 Adaptações no ambiente de atendimento do setor de certidões
	1.5 Adaptações para novo ambiente do Cejusc, com acréscimo de seis salas
	1.6 Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II, III e IV
	1.7 Mudança e adaptações da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição I
	1.8 Adaptações na nova sala de custódia provisórias de armas
	1.9 Mudança de localização e adaptações da sala destinada ao almoxarifado
	1.10 Instalação e adaptações de infraestrutura da nova sala da Seção de Patrimônio
	1.11 Expansão da Diretoria de Informática com criação de nova sala
	1.12 Desinstalação e instalação (mudança de local) de mais quatro equipamentos de ar-condicionado e adaptações de infraestrutura nas novas dependências da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia (prédio da Decap)



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Unidade	Ação
Seção de Patrimônio	1.13 Adequação do <i>layout</i> das entradas principal e secundária, inclusive com instalação de <i>scanners</i> da segurança
	1.14 Implantação de novas salas para arquivamento de processos do Departamento de Atividades Judiciais e da Informática
	1.15 Execução de esgoto oriundo do café dos magistrados para possibilitar reforma do Depósito de provas bélicas - Deprob
	1.16 Execução e instalação do bicicletário do Fórum Clóvis Beviláqua
	2. Unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais:
	2.1 1ª UJECC: Demolição e reconstrução de muros (fundos e fachada principal)
	2.2 4ª UJECC: Pequenos reparos na cobertura do 4º JECC
	2.3 6ª UJECC: Revisão nas instalações elétrica e hidráulica
	2.4 7ª UJECC: Serviços de impermeabilização e drenagem de calhas
	2.5 10ª UJECC: Revisão de cobertura
	2.6 15ª UJECC: Reforço nas grades de segurança
	2.7 19ª UJECC: Poda com retirada de árvores que comprometiam a estrutura física da unidade, revisão de cobertura
	2.8 Depósito público: Reforma no portão de entrada, retirada de combogós e fechamento com alvenaria em alguns espaços
	2.9 Juizado da Mulher: Mudança de cabeamento elétrico na rede de entrada da unidade
	2.10 Realizadas manutenção predial preventiva e corretiva em todas unidades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, do Juizado da Mulher, depósito público e da 5ª Vara da Infância e da Juventude
	3 Serviços de Asseio e Zeladoria:
	3.1 Quinze intervenções nas realizações dos mutirões DPVAT da Cejusc
	3.2 Três intervenções nos mutirões do Pai Presente
	3.3 Três intervenções nos mutirões do Juizado da Mulher
	3.4 Duas intervenções nos mutirões de limpeza das esquadrias de vidro do FCB
	3.5 Sete intervenções nos mutirões de limpeza no piso das áreas comuns do FCB
	3.6 Melhoria dos serviços de zeladoria conforme pesquisa de satisfação realizada no FCB
	3.7 Poda de árvores e capinagem no entorno do FCB
	3.8 Foram realizadas podas e capinagens em algumas unidades, tais quais: 1ª, 2ª, 4ª, 5ª, 10ª, 13ª, 15ª, 18ª, 19ª, Juizado da Mulher e durante Projeto Justiça Já
	Execução de mais de 700 ordens de serviço de movimentação de bens patrimoniais, no âmbito da Comarca de Fortaleza até setembro de 2016
	Substituição e remoção de 1.286 monitores doados pelo CNJ – Conselho Nacional de Justiça, para as Secretarias de Vara do Fórum Clóvis Beviláqua
	Montagem da sala do Núcleo de Justiça Restaurativa, nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua
Montagem da sala do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário	
Montagem das salas do 1º Mutirão do Pai Presente no Fórum Clóvis Beviláqua	



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Unidade	Ação
Seção de Protocolo Administrativo e Malotes	Transferência de todo o acervo do antigo restaurante para o novo espaço físico do restaurante do Fórum
	Participação na elaboração do Manual de Gestão Patrimonial do Tribunal de Justiça do Estado Ceará
	Elaboração do Estudo dos espaços das áreas administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua
	Até o mês de setembro do corrente ano, um total aproximado de 160.000 documentos foram encaminhados aos Correios. Quantitativo superior é recebido por esta Seção em forma de avisos de recebimentos destas correspondências, malotes e cartas externas que são entregues às Varas e Unidades
	Envio de 2.500 correspondências para a realização da Semana Nacional da Conciliação
	O processo de entrada de documentos administrativos teve uma redução relevante este ano, decorrente da proposta da Diretoria que todas as Varas e Unidades fizessem os seus devidos processos. Assim, o setor ficou atendendo apenas o público externo (advogados, empresas, bancos, cartórios, aposentados etc.) e casos emergenciais, o que acarretou numa diminuição de 13.659 documentos no ano de 2015 para 2.240 este ano
Seção de Almoxarifado	Redução do perfil de bens de consumo global da Comarca de Fortaleza, em atendimento à Portaria nº 144/2016, na ordem de 30% em relação ao ano de 2015. Em termos monetários a economia prevista será de R\$ 182.236,29
	Readequação de cotas das Unidades Judiciárias e Administrativas da Comarca de Fortaleza
	A Seção de Almoxarifado assumiu, a partir do mês de agosto de 2016, as funções de: fiscalização de contrato, controle e distribuição de água mineral para as dependências internas e externas do Fórum Clóvis Beviláqua
	Elaboração do cronograma de distribuição de materiais que tem como objetivo garantir a otimização e eficiência da distribuição e controle de recursos materiais, por meio da modernização de processos da Seção de Almoxarifado

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

Abaixo, destacam-se os perfis de consumo de materiais oriundos do almoxarifado para a Comarca de Fortaleza nos anos de 2015 e 2016:

Tabela 59 – Perfil anual de consumo de material 2015 / 2016

Variável	Valor (R\$)
Ano 2015 / perfil anterior	R\$ 607.736,00
Ano 2016 / perfil atual	R\$ 425.499,73

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

A seguir apresenta-se gráfico com as atividades realizadas pela Seção de Transporte no biênio 2015-2016:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Gráfico 46 – Quantidade de visitas com utilização de veículos da Seção de Transporte



Fonte: Seção de Transporte

7.2.1 Projeto de Melhoria na Climatização do Fórum

- i. Objetivo: Melhorar a sensação térmica das áreas com maior volume de processos no FCB, com a instalação de climatizadores de ar.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG), Seção de Patrimônio (CFORSEPAT), Seção de Manutenção e Zeladoria (CFORSEMAZ), Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCESEINFRA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).
- iv. Fase atual: Aguardando processo de doação dos equipamentos e instalação por parte da OAB.

7.2.2 Projeto de Elaboração de Cronograma para Distribuição de Materiais do Almoarifado

- i. Objetivo: Garantir a otimização da distribuição dos recursos materiais.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

(CFORDEPATSG) e Seção de Almoxarifado (CFORSEAL).

- iv. Fase atual: Aguardando portaria da Diretoria que regulamente o cronograma de distribuição.

7.2.3 Projeto de Acessibilidade das Unidades do Fórum

- i. Objetivo: Melhoria da comunicação visual.
- ii. Prazo para entregas: Em 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG) e TJCE.
- iv. Fase atual: Aguardando disponibilidade de recursos financeiros para encaminhamento das contratações pertinentes.

7.2.4 Projeto de Eficiência Energética

- i. Objetivo: Redução do consumo de energia elétrica do FCB e de manutenção, por meio da substituição gradual das atuais lâmpadas por tecnologia LED.
- ii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Diretoria Administrativa Geral (CFORDIRADMGE), Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais (CFORDEPATSG), Seção de Manutenção e Zeladoria (CFORSEMAZ) e Secretaria de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCESEINFRA).
- iii. Fase atual: Aguardando anuência do ordenador de despesa para iniciar o processo de mudança das lâmpadas queimadas por tecnologia LED.

7.3 Projetos de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará

7.3.1 Reforma Estrutural do Depósito de Provas Bélicas – Deprob

- i. Descrição: O Deprob é o local destinado à guarda das armas (brancas e de fogo)



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

que foram apreendidas e estão vinculadas aos processos de crime. Este local, devido à sua péssima estrutura física, era totalmente insalubre para os militares que trabalhavam ali, além de não ter recipiente adequado para guardar as armas. Outro ponto negativo era que o local não oferecia um bom nível de segurança com controle de acesso. Este projeto contempla várias ações com o objetivo de restaurar o local deixando-o adequado para o serviço ali desempenhado. As iniciativas realizadas na sala do Deprob foram: reforma estrutural completa, instalação de sistema de refrigeração/exaustão do ar, instalação de moderno sistema de controle de acesso e monitoramento eletrônico, e aquisição de armários deslizantes para acondicionamento das armas;

- ii. Situação atual: A reforma estrutural e o sistema de refrigeração/exaustão já foram concluídos, bem como a instalação dos armários deslizantes. O pregão eletrônico do sistema de CFTV está em andamento.

7.3.2 *Aquisição de Armários para Retenção de Armas*

- i. Descrição: Tratam-se de armários com multiportas e com cadastramento de senha individual que serão instalados nas recepções de algumas unidades judiciárias para o acondicionamento momentâneo de armas de agentes de segurança que desejarem entrar nessas unidades;
- ii. Situação atual: O pregão eletrônico restou fracassado, tendo em vista que as duas empresas classificadas não atenderam ao estabelecido no edital.

7.3.3 *Aquisição de Rádios de Comunicação*

- i. Descrição: Tendo em vista que os rádios de comunicação utilizados pelos militares que compõem o sistema de segurança do TJCE são antigos e estão com a sua eficiência totalmente comprometida, foi aberto processo licitatório para aquisição de 50 novos equipamentos desse tipo, com acessórios;
- ii. Situação atual: O processo licitatório foi concluído, e todos os equipamentos recebidos.



7.3.4 Aquisição de Coletes Balísticos

- i. Descrição: Tendo em vista situações de ameaças com risco de morte pelas quais alguns magistrados já passaram, por ocasião do exercício jurisdicional, serão adquiridos 15 coletes de proteção balística, nível III-A, masculinos e femininos, de uso velado a serem disponibilizados aos magistrados em possíveis ameaças vindouras;
- ii. Situação atual: Está sendo realizada adesão a ata de registro de preço da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo. O contrato já foi assinado por ambas as partes, e o TJCE está aguardando a entrega do produto.

7.3.5 Sistema de CFTV e Alarme

- i. Descrição: Este projeto consiste em equipar todas as unidades judiciárias da Capital com sistema moderno de câmeras e alarmes a fim de oferecer maior proteção a essas edificações. Este sistema será completamente integrado a duas centrais de monitoramento instaladas nas sedes do FCB e TJCE. O monitoramento de todas as unidades acontecerá 7 dias por semana e 24 horas por dia;
- ii. Situação atual: O Termo de Referência foi concluído e seguirá para trâmites do processo licitatório.
- iii.

Figura 8 - Sistema de CFTV e alarme



Fonte: Assistência Militar



7.3.6 Atualização do Sistema CARDARM

- i. Descrição: A Assistência Militar, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, realizou a atualização do sistema de cadastro das armas vinculadas a processos judiciais que são recolhidas pelo efetivo da 3ª CPG;
- ii. Situação atual: Projeto executado em sua totalidade. O sistema está operando de forma satisfatória.

7.3.7 Mudança de Layout na Recepção Principal do Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Descrição: Esta iniciativa mudou o posicionamento dos balcões destinados aos recepcionistas e à equipe de segurança na recepção principal do FCB, com o objetivo de otimizar o controle de acesso às dependências daquela unidade, bem como uma maior fiscalização dos policiais aos equipamentos detectores de metais;
- ii. Situação atual: Projeto executado em sua totalidade.

Figura 9 – Recepção principal do Fórum Clóvis Beviláqua



Fonte: Assistência Militar

7.3.8 Aquisição de scooters elétricas

- i. Descrição: O propósito deste projeto é otimizar o deslocamento dos policiais que garantem a segurança nas dependências do Fórum Clóvis Beviláqua. Estudos demonstram que *scooters* possibilitam um agente de segurança cobrir uma determinada área geográfica 5 vezes mais rápido. Neste projeto serão alugados 4 *scooters*, por um período de seis meses;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- ii. Situação atual: Uma empresa fornecedora desse tipo de equipamento cedeu, a título de empréstimo, um *scooter* para que a Assistência Militar realizasse, durante o período de um mês, testes de eficiência, praticidade e viabilidade. A experiência foi aprovada após o referido teste, e o termo de referência foi concluído. Está sendo realizada uma cotação do serviço para instruir o processo licitatório.

Figura 10 – Scooters elétricas



Fonte: Assistência Militar

7.3.9 *Manutenção das Catracas do Sistema de Controle de Acesso de Unidades Judiciárias*

- i. Descrição: Este projeto propunha, inicialmente, contratar empresa especializada para dar manutenção nas catracas eletrônicas existentes em algumas unidades judiciárias do Estado. Todavia, foi identificado, durante o processo de cotação, que o custo de manutenção seria mais alto do que o de aquisição de novas catracas. Desta feita, a Assistência Militar produziu relatório situacional elencando várias considerações e sugerindo a aquisição de novos equipamentos;
- ii. Situação atual: O relatório da Assistência Militar foi aprovado por todos os membros da Comissão de Segurança Permanente e pela Presidência do TJCE, sendo autorizada a produção do termo de referência. O Termo de Referência foi concluído e será dada continuidade aos procedimentos para abertura de processo licitatório.



7.3.10 Controle de Acesso de veículos no Subsolo do Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Descrição: Atualmente, o acesso ao estacionamento do subsolo do FCB, destinado aos veículos dos magistrados, carece de meios mais eficazes de controle de acesso. Assim está sendo elaborado um termo de referência para instalação de equipamentos eletrônicos para atender de forma eficiente e segura a este controle de acesso;
- ii. Situação atual: O respectivo termo de referência foi concluído e tramitará para abertura do processo licitatório.

7.3.11 Recolhimento e Destruição de Armas

- i. Descrição: Este processo consiste em procedimentos constantes que um determinado efetivo de policiais da Assistência Militar executa por meio do recolhimento, em todas as comarcas do Estado, de armas brancas e de fogo apreendidas e que ficam atreladas a processos judiciais, evitando assim que essas unidade judiciárias fiquem propícias a invasões para furto dessas armas. Após recolhidas, as armas são acondicionadas no Deprob e posteriormente enviadas para destruição, de acordo com autorização do Exército Brasileiro;
- ii. Situação atual: A Assistência Militar continua mantendo o recolhimento dessas armas e nesta gestão já foram recolhidas e destruídas 10.896 armas brancas e 6.384 armas de fogo.

7.3.12 Projeto de Segurança para Comarcas do Interior do Estado

- i. Descrição: Este projeto contempla, inicialmente, 6 comarcas do interior do estado (Sobral, Aracati, Itaitinga, Quixadá, Juazeiro do Norte e Iguatu) que se encontram em situação emergencial de segurança. Está sendo realizado levantamento de equipamentos de segurança eletrônica (CFTV e Alarme) para serem implementados nessas unidade judiciárias;
- ii. Situação atual: Este projeto está sendo executado em parceria com o Departamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

de Engenharia do TJCE que já realizou o projeto-base das edificações contempladas e parte do termo de referência. A Assistência Militar fez levantamento das especificações dos equipamentos que contemplarão esta solução e, em seguida, repassou ao Departamento de Engenharia para este prosseguir com o termo de referência.

8. CONTROLE INTERNO

8.1 Atividades de Gestão, Acompanhamento e Assessoramento Realizados pela Auditoria de Controle Interno

As atividades executadas relativas à gestão, ao acompanhamento e ao assessoramento foram as seguintes:

- i. Elaboração dos Relatórios de Atividades da Auditoria Interna do exercício 2015 e 2016 (até meados de novembro);
- ii. Elaboração dos Planos anuais de atividades de Auditoria Interna para os exercícios 2016 e 2017;
- iii. Elaboração do Relatório sobre a situação das Contas do Tribunal de Justiça perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará – TCE, exercícios 2015 e 2016;
- iv. Elaboração dos Planos de Capacitação dos servidores lotados na Auditoria Interna para os exercícios 2016 e 2017;
- v. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do TJCE;
- vi. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (Fermoju);
- vii. Análise e certificação das Prestações de Contas de 2014 e 2015 do Fundo Especial Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg);
- viii. Análise e certificação dos Relatórios Quadrimestrais da Gestão Fiscal de 2014, 2015 e 2016;
- ix. Análise e acompanhamento dos procedimentos de suprimento de fundos de 2015 e 2016;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- x. Monitoramento das recomendações e determinações formuladas em relatórios de auditoria executadas em 2014, 2015 e 2016;
- xi. Participação nas reuniões do Comitê Executivo – Coex;
- xii. Emissão de pareceres nos processos de indenização de férias dos magistrados (Resolução nº 07/2011, do Órgão Especial do TJCE);
- xiii. Apoio aos órgãos de controle externo.

8.2 Auditorias Realizadas

As auditorias realizadas durante os anos de 2015 e 2016, em atendimento aos respectivos Planos das atividades de Auditoria, aprovados pela Presidência desta Corte, encontram-se relacionadas a seguir:

8.2.1 Processos Operacionais

- i. Patrimônio Imóveis;
- ii. Fermoju – Recursos Arrecadados da Venda de Selos;
- iii. Despesas Exercício Anterior – DEA Pessoal;
- iv. Equipamentos e Material Permanente;
- v. Locação de Máquinas e Equipamentos;
- vi. Despesas Exercício Anterior – DEA Custeio;
- vii. Folha de Pagamento (Despesa de Pessoal);
- viii. Folha de Pagamento (Magistrados);
- ix. Energia elétrica;
- x. Obrigações Patronais (INSS);
- xi. Gastos com Estagiários;
- xii. Fermoju – Recursos Diretamente Arrecadados – Fonte 70 (duas auditorias, Relatórios 20/2015 e 02/2016);
- xiii. Gestão Creche, Esmec e Parque Gráfico;
- xiv. Contribuição ao Funaprev/Previd;
- xv. Compensação aos Registradores Cíveis.



8.2.2 *Contratos*

- i. Companhia Energética do Ceará – COELCE (CT 025/2012);
- ii. Alberflex Indústria de Móveis Ltda. (CT 018/2014);
- iii. Intersept Ltda. (CT 043/2014);
- iv. Terclima – Técnica Climática Ltda. (ARP 003/2014);
- v. Banco do Brasil S.A (CT 014/2015);
- vi. Criart Serviços de Terceirização de Mão de Obra Ltda. (CT 042/2014);
- vii. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CT 005/2015).

8.2.3 *Tecnologia da Informação*

- i. Sistema de Gestão de Recursos Humanos – SAJADM – GRH (Módulos: Recursos Humanos – Cadastro e Frequência);
- ii. Sistema Gestão de Processos Judiciais – 2ª Instância (Módulo de Distribuição);
- iii. Gestão Contratual de Tecnologia da Informação (Contratos da área de TI);
- iv. Sistema de Cadastro, Acompanhamento e Destruição de Armas (CADARM);
- v. Sistema de Gestão de Processos Judiciais – 1ª Instância (Módulo de Distribuição);
- vi. Softplan – Planejamento e Sistemas Ltda. (CT 026/2011);
- vii. Lanlink Informática Ltda. (CT 004/2015).

8.2.4 *Serviços de Engenharia*

- i. Construção Fórum da Comarca de Itapipoca (CT 035/2014 – C.Menezes Engenharia Ltda.);
- ii. Reforma parcial e ampliação do prédio da Corregedoria-Geral da Justiça (CT 040/2014 – Metas Construções e Serviços Eireli – EPP);
- iii. Complementação da reforma do Fórum da Comarca de Horizonte (CT 025/2014 – JT Construção e Consultoria Ltda.);



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- iv. Reforma geral com ampliação do prédio do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati (CT 017/2014 – Curva Construtora e Serviços Ltda.);
- v. Complementação da reforma do Auditório Dom Aloísio Lorscheider – Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça (CT 005/2014 – Coinstel Construções e Serviços e Instalações Ltda.).

8.2.5 *Extraordinárias*

- i. Cálculo da GAM – Unidade Oficiais de Justiça, lotados na Coman Fortaleza;
- ii. Sistema de Gestão de Processos Judiciais – 2ª Instância (Módulo de Distribuição).

8.2.6 *Atividades Sistemáticas*

- i. Suprimento de Fundos: Avaliação da consistência e confiabilidade dos procedimentos; exame da observância das políticas, normas e procedimentos definidos; e emissão de relatório sobre a regularidade da aplicação dos recursos;
- ii. Gestão Fiscal: Acompanhamento do ingresso das receitas e monitoramento da realização das despesas; acompanhamento do cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal; e monitoramento do cumprimento dos prazos de apresentação e publicação;
- iii. Tomada e Prestação de Contas Anual: Análise da conformidade das contas com os dispositivos legais aplicáveis; emissão de Relatório de Auditoria integrante do processo de Prestação de Contas; certificação da Prestação de Contas para apresentação ao Órgão Julgador; e monitoramento do cumprimento dos prazos para apresentação.

8.3 **Atividades de Monitoramento**

Dentre as atividades da Auditoria Administrativa de Controle Interno, convém destacar a realização de atividades de acompanhamento das recomendações e determinações insertas nos relatórios de auditoria, inferindo-se êxito no propósito de conscientizar os gestores quanto à necessidade de adoção de controles eficazes em suas áreas de atuação, proporcionando,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

assim, melhoria dos processos e procedimentos operacionais, administrativos e de gestão, possibilitando, ainda, minimizar riscos na execução das atividades da administração pública.

Nesse sentido, além das atividades realizadas ao longo dos exercícios 2015 e 2016, sofreram controles e monitoramentos as seguintes auditorias remanescentes de 2014.

- i. Relatório 04/2014 – VM Locadora de Veículos Ltda.;
- ii. Relatório 06/2014 – Indenizações e Restituições aos Cartórios de Registros Civis;
- iii. Relatório 10/2014 – CT 46/2009 – Embratec Good Card;
- iv. Relatório 13/2014 – Locação de mão de obra;
- v. Relatório 14/2014 – Fermoju fonte 70 – Exercício 2013;
- vi. Relatório 16/2014 – Material de consumo;
- vii. Relatório 18/2014 – Manutenção, conservação e guarda de documentos;
- viii. Relatório 19/2014 – CT 26/2010 – Empresa Brasileira de Correios;
- ix. Relatório 21/2014 – CT 42/2013 – Gelar Refrigeração;
- x. Relatório 22/2014 – Auxílio-alimentação;
- xi. Relatório 23/2014 – Portal da transparência do TJCE;
- xii. Relatório 02/2015 – Companhia Energética do Ceará (Coelce);
- xiii. Relatório 04/2015 – Equipamentos e Material permanente.

8.4 Sistema Informatizado de Auditoria (Sisaud)

As atividades de auditoria compreendem o planejamento, a execução, a supervisão e a emissão de relatórios, além do acompanhamento das recomendações e determinações efetivadas nas auditorias realizadas.

Para tanto, faz-se necessário prover à Unidade de Controle Interno de uma solução de tecnologia que automatize tais atividades de avaliação e controle do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tornando-as mais céleres e eficientes. A implantação desse sistema encontra-se prevista no Plano Estratégico 2015-2020 do TJCE.

Diante dessa necessidade, a Audin, juntamente com a Secretaria de Tecnologia da Informação, iniciou desenvolvimento do Sistema de Auditoria, solução que proporcionará, principalmente, a automatização e integração dos procedimentos e sistemas; a racionalização, padronização e otimização das rotinas de trabalho; a garantia da infraestrutura adequada para a



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

excelência na gestão; economicidade e eficiência na utilização dos recursos; e maior transparência e intercâmbio de conhecimento entre os membros da equipe.

No início do ano de 2016, após novas adequações apresentadas pela Setin, optou-se por uma solução de tecnologia híbrida, promovendo a automação dos processos das atividades de auditoria, realizadas por um *software* que receberá a modelagem dos processos desta unidade de Auditoria e garantirá sua execução com apoio de algumas funcionalidades desenvolvidas pelo Sistema Sisaud. No início de 2017, ambos encontram-se em fase de homologação.

8.5 Relatórios de Auditoria Interna

A Secretaria de Administração foi objeto de procedimentos de auditoria realizados pela Auditoria Administrativa de Controle Interno desta Corte de Justiça. Os Procedimentos de auditoria resultaram nos Relatórios de Auditoria nº 04/2015 e nº 18/2015, referentes à Gestão Patrimonial e a Bens Imóveis, respectivamente, e nos Relatórios de Auditoria nº 13/2016 e nº 15/2016, referentes aos serviços do Departamento Editorial e Gráfico e ao Serviço de Malote (Correios). Cumpre observar que esses relatórios foram respondidos, todos os esclarecimentos e ações possíveis foram tomados, e alguns estão em fase de implementação.

8.6 Inventário Patrimonial

Ademais, no exercício de 2015, foi realizado o inventário patrimonial dos bens permanentes localizados no prédio do Tribunal de Justiça. O inventário consistiu na verificação, catalogação da situação e atualização da localização de todos os bens permanentes de propriedade deste Tribunal. Para tanto, foi realizado levantamento *in loco* em todos os setores do Palácio da Justiça.

Em 2016, ocorreram inventários parciais nas seguintes unidades do TJCE: Secretaria da 2ª Câmara Cível; Serviço de Operação da Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin); depósito da Divisão de Patrimônio e Gabinete do Desembargador Francisco Martônio Pontes de Vasconcelos. Também foram inventariadas as seguintes comarcas: Icó, Itaiçaba, Itapipoca, Itapiúna e Jaguaruana.



8.7 Incorporação de bens permanentes

Entre 1º de janeiro de 2015 e 30 de setembro de 2016, o Tribunal de Justiça incorporou ao seu patrimônio, por meio de compra, doação, contrato e pendência de inventário, um total de 9.018 bens permanentes.

Em 2015 foi incorporado ao acervo de bens do Poder Judiciário cearense, um montante de 2.726 bens de informática (monitores, CPUs, *nobreaks* e *scanners*) oriundos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Bem como a incorporação de 30 bens do Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico do Governo do Estado do Ceará – CGDT, por meio do contrato de gestão 01/2012 celebrado entre o TJCE e a referida entidade.

Em 2016, houve a doação de seis microcomputadores completos oriundos da Faculdade Leão Sampaio (Fiúsa Educacional) para o Cejusc da comarca de Juazeiro do Norte. Houve ainda a doação de 2.109 materiais de informática por parte do CNJ. Por fim, a empresa Kentish efetuou a doação de 970 móveis (cadeira interlocutor fixa sem braço).

9. COMUNICAÇÃO

9.1 Notícias e Canais de Divulgação

O site, a intranet, o Facebook, o Twitter, o boletim eletrônico e o boletim de rádio são os principais meios utilizados diariamente pela Assessoria de Comunicação Social para divulgar as notícias da Justiça estadual. Além desses canais, a unidade produz o programa de TV “Judiciário em Evidência”, o Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário. Também criou, em 2015, a “Rádio Corredor”, com informes sobre os principais assuntos do dia.

Para a produção de notícias, a Assessoria conta com as agendas diárias das atividades dos desembargadores e gestores do Poder Judiciário e tem como fontes de informação o Diário da Justiça, cobertura das sessões do Tribunal Pleno, Órgão Especial, Câmaras de Direito Público e Privado, parceiros e especialistas.

A Assessoria de Comunicação Social produziu 4.280 matérias para a página da Internet e Intranet do Tribunal no biênio 2015-2016, as quais 2.300 foram replicadas pela mídia. Ao todo, os meios de comunicação externos publicaram 7.121 matérias citando o Judiciário cearense, sendo



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

80% delas com viés positivo. Isso demonstra o esforço da Assessoria em divulgar ações e eventos que favoreçam a imagem da Justiça estadual.

Houve ainda envio de sugestão de notas e pautas para os principais veículos de comunicação do Estado e para o CNJ, a Rádio Justiça e TV Justiça. A unidade também elaborou 86 programas do “Judiciário em Evidência”. Além disso, produziu campanhas institucionais. A seguir, o relatório mostra a descrição detalhada das atividades.

9.2 Redes sociais

O aumento do número de acessos ao Facebook e Twitter foi uma ação intensamente trabalhada nesta gestão. A estratégia consistiu em não apenas replicar matérias produzidas, mas utilizar linguagem própria das redes sociais e elaborar artes lúdicas, educativas e campanhas para interação com público interno e externo. Como resultado, o Facebook e o Twitter totalizaram 19.030 seguidores, o dobro em relação a dezembro de 2014, quando eram 9.501.

9.3 Programa de TV

O “Judiciário em Evidência”, produzido pela Assessoria de Comunicação desde 2012, é exibido semanalmente nas emissoras TV Assembleia, TV O Povo e TV Fortaleza. Também é veiculado no site, na intranet do TJCE e no YouTube. Entre o biênio 2015-2016, foram produzidas 270 reportagens e notas e 86 entrevistas, distribuídas em 86 programas. A Assessoria enviou ainda 23 VTs de reportagens para a TV Justiça, emissora nacional do Supremo Tribunal Federal.

9.4 Boletins de Notícias

Além de disponibilizar as matérias no site e nas redes sociais do TJCE, a Ascom edita diariamente dois boletins; um, às 16h, direcionado às rádios (Capital e Interior), e outro, no final da tarde, para *mailing* com aproximadamente 1.000 contatos cadastrados, entre veículos de comunicação, jornalistas e autoridades. O *mailing* foi ampliado com objetivo de fortalecer a imagem do Judiciário, sobretudo no Interior do Estado, com a inserção de contatos dos principais *blogs* e portais de notícias das diversas regiões do Ceará. Também passaram a ser públicos-alvo dos



nossos produtos de comunicação instituições como Ordem dos Advogados do Brasil; procuradorias Federal, Estadual e Municipal; Defensoria Pública do Estado; secretarias de Estado e parlamentares estaduais e municipais.

A Setin criou sistema para produção e envio dos boletins em formato *newsletter*, com *layout* funcional, facilitando o acesso às principais notícias.

9.5 Revista e Jornal

O Judiciário em Revista e o Jornal do Judiciário são canais de comunicação com o público interno e externo. Procuram mostrar as ações empreendidas pela Justiça cearense, para além da questão jurisdicional, valorizando projetos de interesse da sociedade. A revista tem circulação semestral. Já o Jornal do Judiciário é confeccionado mensalmente. O informativo tem o objetivo de divulgar os principais serviços oferecidos pelo Judiciário, em linguagem acessível e dinâmica. As edições ficam disponíveis no portal do TJCE no menu “Imprensa”. Neste biênio, foram elaborados 12 jornais e 4 revistas.

9.6 Clipping

A equipe da Assessoria monitora diariamente as notícias publicadas nos jornais Diário do Nordeste, O Povo e O Estado, além de 50 *blogs* e sites. A lista de sites foi ampliada para incluir conteúdos produzidos por jornalistas e blogueiros do Interior do Estado. As matérias clipadas ficam disponíveis em uma plataforma na Intranet, para acesso por parte de magistrados e servidores, que podem utilizar as informações para fins estratégicos.

Já o acompanhamento das notícias veiculadas em TVs e rádios é feito por empresa terceirizada – a Total Clipping de Notícias – contratada em 2015 por meio de pregão.

A Ascom também é responsável por fazer análise quantitativa e qualitativa das matérias produzidas pelo setor. Por meio do *clipping*, a unidade verifica quais *releases* foram aproveitados pela mídia e classifica o conteúdo publicado nos jornais e sites como positivo ou negativo.



9.7 Campanhas Institucionais

Entre as principais ações realizadas no período estão as campanhas de incentivo ao acesso às redes sociais do TJCE. A Assessoria de Comunicação Social, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão do Tribunal de Justiça do Ceará, realizou campanha com elaboração de informativos sobre os objetivos do Plano Estratégico 2015-2020, para reforçar a importância do documento entre os servidores. Na parte de criação, a Assessoria produziu o *layout* de peças de comunicação visual para os banheiros; projeto gráfico e a diagramação do Jornal do Judiciário e do Judiciário em Revista, além de mais de duas mil peças para o Facebook do Tribunal. Elaborou ainda *layout* da agenda e do calendário a serem entregues no final do ano de 2015 e de 2016. As campanhas institucionais elaboradas pela Assessoria de Comunicação foram as seguintes:

- i. Dia da Mulher (série de matérias e *banner* na intranet);
- ii. Páscoa (*banner* na intranet);
- iii. Dia das Mães (série de matérias e *banner* na intranet);
- iv. Semana da Justiça Pela Paz em Casa (*banner*);
- v. 10 anos Lei Maria da Penha (série de matérias com *banner* e arte para as redes sociais);
- vi. Ouvidoria (cartaz e *banner* intranet);
- vii. Campanha para Facebook (Atenção Eleitores; Doação de Órgãos; Vossa Excelência, o Seu Juiz; entre outras campanhas educativas).

9.8 Atendimento à Imprensa

A Assessoria de Comunicação Social atendeu a cerca de 500 demandas de imprensa no período de 2015-2016 sobre os mais diversos assuntos, como pedidos de entrevistas e solicitação de dados, processos etc. A Ascom também atende às solicitações da imprensa durante eventos promovidos pela Justiça estadual e organiza entrevistas.



9.9 Rádio Corredor

Em 2015, a Assessoria criou a “Rádio Corredor”, que utiliza o sistema de som do Palácio da Justiça para divulgar informes sobre os principais assuntos do dia. Ao todo foram produzidos 356 informes de rádio.

9.10 Programa Justiça e Cidadania

O Programa Justiça e Cidadania tem como objetivo estabelecer um canal de comunicação entre o Judiciário cearense e a sociedade, por meio de iniciativas que divulguem, com transparência, clareza e linguagem acessível, aspectos relativos ao papel, estrutura e funcionamento deste Poder, além de orientar o cidadão sobre seus direitos. O programa, executado pela Assessoria de Cerimonial, contemplou de fevereiro de 2015 a novembro de 2016 um total de 4.885 estudantes.

9.11 Implantação do novo Portal do TJCE na internet

Tendo como objetivo permitir ao cidadão acesso mais fácil e rápido às informações e serviços do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi promovida a reformulação do Portal do TJCE na rede mundial de computadores. Mais interativo, o site acompanha as mudanças na área de comunicação, informação e tecnologia pelas quais passa a sociedade.

Uma das inovações foi a elaboração de um sistema responsivo (ajustável) para várias plataformas de comunicação (tablets, smartphones ou desktops). Ou seja, a ferramenta garante maior interatividade e amplia o acesso aos cidadãos.

O compartilhamento do conteúdo nas redes sociais e o envio de informações via correio eletrônico, diretamente do site, também serão possíveis. Outra novidade será a identificação das notícias por meio do *QRCode*. Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do *QRCode*, compartilhar notícias por meio de smartphones ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

Mais leve e simples, a concepção do novo site favorece a distribuição das informações que estejam em conformidade com os serviços mais buscados e acessados. Também leva em



consideração a divisão dos serviços por perfis de usuários, dando mais visibilidade aos serviços oferecidos pela Justiça cearense.

O novo portal foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação, no âmbito do Projeto Estratégico de Modernização dos Portais.

9.12 Implantação da Rede Colabore

Com o objetivo de desenvolver a cultura de inovação, de compartilhamento de conhecimentos, ideias e boas práticas entre magistrados, servidores e demais colaboradores, foi implantada uma nova ferramenta de trabalho virtual no âmbito da intranet do TJCE, a Rede Colabore.

A medida foi regulamentada por meio da Portaria nº 1.087/2016. A ideia foi aperfeiçoar a comunicação institucional e fomentar o processo de inovação nas atividades administrativas e judiciárias deste Poder.

A Rede Colabore conta com um gerenciador de perfil, onde usuários poderão inserir as informações profissionais para fins de alimentação de um “banco de talentos”. Além disso, possui comunidades que contam com fórum de discussão, blog, gerenciador de documentos e *wiki* (página editável), de forma que grupos de pessoas possam compartilhar diversas formas de conteúdo. Ou seja, a ferramenta vai garantir maior interatividade entre os colaboradores.

A iniciativa fez parte do projeto estratégico “Projeto de Modernização dos Portais” e foi desenvolvido pelas equipes da Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) e Assessoria de Comunicação.



10. OUTRAS AÇÕES E PROJETOS

10.1 Fórum Clóvis Beviláqua

10.1.1 Criação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau de Jurisdição da Fazenda Pública, da Família e de Execuções Penais

A criação de Secretarias Únicas Especializadas está relacionada com a otimização e padronização dos procedimentos judiciais, visando promover maior celeridade, produtividade e efetividade da prestação jurisdicional.

O objetivo desta nova unidade é concentrar os serviços relacionados à execução de despachos, decisões e sentenças, como a produção de mandados, ofícios, cartas, publicações para o Diário da Justiça, entre outros.

Com o modelo unificado, os magistrados contarão com seu gabinete e uma sala de apoio, destinada à sua equipe de assessoria, formada por um diretor, um analista judiciário, outros dois servidores e dois estagiários.

A Lei nº 15.833/15, de 27/07/2015, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Judiciário, criou quatro Secretarias Judiciárias de 1º Grau, sendo uma de vara da Fazenda Pública, que anteriormente funcionava como projeto-piloto, duas de Varas da Família e uma de Vara de Execuções Penais.

- i. Progressos: Criação dos cargos de Supervisor e Coordenador de Secretaria Judiciária de 1º Grau realizada em agosto de 2015; adequação da estrutura física para instalação das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro de 2015; adequação dos fluxos de trabalho do SAJ para as Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizada em outubro de 2015; treinamento dos servidores das Secretarias Judiciárias de 1º Grau e dos gabinetes dos juízes realizado em outubro e novembro de 2015; e instalação de equipamentos (computadores, mesas, armários) das Secretarias Judiciárias de 1º Grau realizada em outubro e novembro de 2015; e implantação do Módulo da Coman Digital para as unidades contempladas pelas Secretarias Judiciárias.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- ii. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Secretarias de Vara da Fazenda Pública, da Família e de Execuções Penais, Departamento de informática, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e Departamento de Administração.

10.1.2 Criação da Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza

Por meio da Resolução nº 14/2015 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça foi instituída, no Fórum Clóvis Beviláqua, a Vara Única Privativa de Audiências de Custódia de Fortaleza, visando atender a uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que objetiva apresentar presos em flagrante a um juiz, no menor tempo possível. Contando com quatro juízes divididos em quatro salas, a Vara realiza uma média de 40 audiências por dia, que acontecem no período da tarde, sendo que, em 3 meses de funcionamento, 1.360 audiências de custódia já haviam sido realizadas.

10.1.3 Implantação das Salas de Audiência das Varas Cíveis

A Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua instalou as novas salas de audiência das Varas Cíveis de Fortaleza. Ao todo, serão instaladas 19 salas de audiências para atender às 39 Varas Cíveis da Capital. Inicialmente, foram implementadas dez salas que serão compartilhadas entre 20 unidades (10^a, 11^a, 16^a, 17^a, 18^a, 19^a, 20^a, 24^a, 26^a, 27^a, 30^a, 31^a, 32^a, 33^a, 34^a, 35^a, 36^a, 37^a, 38^a e 39^a). As demais varas só serão contempladas quando estiverem com a digitalização dos processos finalizada.

Pelo modelo anterior as audiências eram realizadas nas Secretarias das unidades judiciárias. A mudança de local traz maior privacidade às partes, pois os magistrados poderão trabalhar com mais tranquilidade, e desafoga as Secretarias das varas, que agora ficarão restritas apenas à produção jurídica.

10.1.4 Controle de Acesso de Pessoas às Varas Criminais

A Diretoria do Fórum adotou controle de acesso às Varas Criminais para vítimas e testemunhas de acusação que precisam comparecer ao Fórum Clóvis Beviláqua para participar de



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

audiências criminais. Dessa forma, os jurisdicionados citados terão um espaço reservado, onde aguardarão até serem chamados a prestar depoimentos.

A medida visa evitar que tenham contato com réus e testemunhas de defesa, de modo a prevenir a ocorrência de qualquer tipo de intimidação ou ameaça, bem como preservar a segurança de todos que frequentam e trabalham no prédio.

10.1.5 Projeto Judiciário e Família, uma Parceria pela Paz

Durante a realização das Oficinas de Família – projeto criado pelo CNJ e desenvolvido pelo Cejusc/FCB desde 2014 - surgiu a ideia de desenvolver um projeto específico para os casais envolvidos em violência doméstica.

Em um primeiro momento, no desenvolvimento dos trabalhos da Oficina do Divórcio, ou de Família, como se prefere nominar, alguns casais envolvidos em situação de violência doméstica passaram pelas oficinas em razão da existência de disputas também nas Varas de Família.

A experiência com essas famílias permitiu constatar que o formato da oficina, preventivo e educativo, era aplicável, com alguns ajustes, às famílias envolvidas na violência. Posteriormente, em fase experimental, alguns casais foram encaminhados pelo Juizado da Violência Doméstica para as oficinas. Com isso, nasceu o projeto “Família e Justiça, uma parceria pela paz”, voltado exclusivamente para as famílias inseridas no contexto da violência doméstica. O projeto foi desenvolvido e encontra-se na fase de implementação, procurando-se por parcerias.

10.1.6 Reforma para adequação do acesso à Seção de Certidões

A Seção de Certidões, vinculada ao Departamento de Atividades Judiciárias, passou por uma reforma estrutural, com a alteração da porta de acesso ao público, o que permitiu a readequação do fluxo de usuários do setor.

Atualmente o usuário que se dirige à Seção de Certidões não necessita mais realizar o seu cadastro para entrar no Fórum, pois o acesso à sala é independente, o que levou a uma redução de cerca de 400 pessoas por dia para realizar o cadastro de acesso e a redução do tempo de espera para solicitar uma certidão.



10.1.7 Central Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC

A Central Integrada de Apoio à Área Criminal - CIAAC presta um serviço disponibilizado pelo Fórum Clóvis Beviláqua, cujo objetivo é dar celeridade às comunicações dos atos processuais ao indiciado, réu ou apenado preso, e os cumprimentos de alvarás de soltura, regulamentada pela Portaria nº 58/2013, publicada em 28 de janeiro de 2013 no Diário da Justiça do TJCE. A partir da Reestruturação Administrativa do Poder Judiciário do Ceará, ocorrida em agosto de 2015, foi formalizada a estrutura administrativa da Coordenadoria Integrada de Apoio à Área Criminal, que passou a possuir um coordenador para fiscalizar e auxiliar nas atividades realizadas pela equipe do Tribunal de Justiça e demais colaboradores da unidade, equipe CIAAC/SSPDS e equipe CIACC/Sejus.

A CIAAC realiza e elabora atividades internas a fim de assegurar o controle e a eficiência das atividades prestadas pela equipe; motivar, incentivar e promover uma qualidade de trabalho favorável para os colaboradores lotados neste setor, considerando que mensalmente são trabalhados aproximadamente 800 ofícios requisitórios, 120 alvarás de soltura e mais de 400 autos de prisão em flagrante referentes às audiências de custódia.

10.1.8 Projeto “Semana da Justiça Pela Paz em Casa”

- i. Objetivo: Promover a responsabilidade social a partir da execução de atividades multidisciplinares, preventivas e culturais, como complemento à prestação jurisdicional às mulheres vítimas de violência, durante as “I e II Semanas da Justiça pela Paz em Casa”. As respectivas ações foram coordenadas pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da Secap.
- ii. Entregas previstas: Foram realizadas durante as duas edições do Projeto, nos meses de março e agosto de 2015, no âmbito do Fórum Clóvis Beviláqua, atividades como oficinas de geração de renda, palestras de conscientização sobre a saúde física e mental, orientação nutricional, vacinas, aplicação de flúor, dentre outras.
- iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e Setor



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Médico do Fórum.

- iv. Parceria externa: Faece/Fafor; Posto de Saúde Matos Dourado; Associação dos Cabeleireiros do Estado do Ceará; Associação Mãos que Criam; e profissionais autônomos (artesãs).
- v. Progressos: Até a 2ª edição do projeto, foram beneficiadas em média 400 pessoas.

10.1.9 Projeto “I Semana Estadual do Júri”

- i. Objetivo: Transmitir aos jovens estudantes conhecimentos relevantes sobre a violência, suas causas e conseqüências, sensibilizando-os para a formação de cidadãos mais conscientes de seus deveres em prol da paz social, além da promoção da práxis educacional, como método de garantir maior aprendizado dos alunos graduandos em curso de Direito das faculdades de Fortaleza. O Projeto foi coordenado pelo Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, com o apoio da Secap, durante o período de 14 a 18 de setembro de 2015.
- ii. Progressos: Foram realizadas ações como palestras em escolas públicas estaduais de Fortaleza sobre temas do cotidiano da sociedade vinculados à Justiça; orientação jurídica às partes processuais que comparecerem ao Fórum durante o evento e participação como ouvintes de estudantes universitários nas sessões de julgamento. A 1ª edição do projeto beneficiou 686 estudantes.
- iii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, e Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.
- iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará e Instituições de Ensino Superior de Fortaleza.

10.1.10 Projeto “O Fórum Mais Próximo da Sociedade”

Por estar sendo executado desde 2007, o projeto tornou-se referência, sendo incluído na iniciativa “Conhecendo o Judiciário e sua História”, do Programa Justiça e Cidadania, instituído pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05/2011,



publicada no DJ de 2 de setembro de 2011.

- i. Objetivo: Despertar a comunidade estudantil (alunos de graduação e alunos de nível médio de escolas públicas e particulares de Fortaleza) para a conscientização da função social do Poder Judiciário, por meio do conhecimento da estrutura e funcionamento da Justiça cearense.
- ii. Progressos: Projeto contínuo, realizado desde 26 de abril de 2007, com ciclos semestrais de visitas. Foram recebidos 4.442 estudantes durante o biênio 2015-2016.
- iii. Unidades envolvidas: Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE, Assessoria de Cerimonial do TJCE, Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, Seção de Capacitação e Secretarias de Vara do Fórum.
- iv. Parceria externa: Secretaria de Educação do Estado do Ceará, por meio da Sefor, para realização de calendário anual de visitas de escolas públicas, tanto profissionalizantes quanto de ensino médio.
- v. Fase atual: Planejamento de novas ações a serem executadas a partir de 2017, buscando beneficiar principalmente os alunos de escolas públicas estaduais.

10.1.11 Projeto Gestão Limpeza

O Projeto Gestão Limpeza foi iniciado em março de 2015 com a pesquisa de avaliação para obter a percepção dos servidores em relação à limpeza e direcionar caminhos a serem traçados com os funcionários da limpeza, juntamente com o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais.

A primeira pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do Fórum teve a participação de 100 gestores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos a esse serviço, por meio de um formulário eletrônico disponibilizado na intranet do Fórum. Foi apurada na pesquisa uma avaliação negativa de 66% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza.

Em março de 2016, foi realizada uma nova pesquisa de avaliação do serviço de limpeza do fórum que teve a participação de 109 servidores de unidades judiciárias e administrativas, que avaliaram 10 aspectos relativos ao serviço de limpeza, por meio de um formulário eletrônico



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

disponibilizado na intranet do fórum e também enviado, via *e-mail*, para todos os servidores lotados no Fórum. Foi apurado na pesquisa uma avaliação positiva de 63% em relação ao grau de satisfação geral com o serviço de limpeza. A partir da pesquisa, foi possível coletar sugestões, elogios e críticas, que subsidiaram a criação de um plano de ação para o tratamento das oportunidades de melhorias. As unidades envolvidas com este projeto são o Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, e a Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.

A seguir apresentamos o Plano de Ação do Projeto Gestão Limpeza para o ano de 2016:

Quadro 7 – Ações executadas pela Diretoria do Fórum no âmbito do Projeto Gestão Limpeza

Projeto Gestão Limpeza – Ações executadas
Sensibilização e Prevenção → Pesquisa de avaliação, análise do consumo de material, sensibilização dos supervisores e auxiliares, instituição de reuniões periódicas com os supervisores
Despoluição Visual → Regularização das placas de orientação, política de divulgação das informações e placas de proibido fumar
Acesso e Acessibilidade → Reparo do elevador central
Manutenção e Limpeza → Substituição das lixeiras quebradas, programa de desligamento das luzes internas do prédio, redistribuição dos auxiliares de limpeza, mutirão de limpeza do Fórum
Também foram realizadas ações contínuas e pontuais realizadas pela equipe do projeto, juntamente com a Diretoria do Fórum:
Troca do fornecedor do material de limpeza, resultando em melhoria na qualidade dos produtos
Fornecimento de novos uniformes e equipamentos de proteção individual (botas, luvas e máscaras) a todos os auxiliares de serviços gerais
Maior agilidade da substituição de auxiliares de serviços gerais que tenham faltado ao trabalho
Capacitação de profissionais para realizar a limpeza das vidraças externas, conforme as normas do Ministério do Trabalho, garantindo a segurança dos auxiliares
Mutirões de limpeza, realizados nas salas de audiências das Varas Cíveis e no Setor de Arquivo do Fórum
Retirada dos cartazes fixados nos corredores sem autorização
Troca de lixeiras quebradas
Envio de ofício circular, reforçando a proibição de fumar nas dependências do prédio, em cumprimento ao art. 2º da Lei Federal nº 9.294/96 (alterada pela Lei Federal nº 12.546/2011)
Intensificação da limpeza nas áreas externas, incluindo vidraças das fachadas, jardins, pátios e estacionamentos
Realizado treinamento com os auxiliares e a higienização de todos os aparelhos de geláguia do prédio, no total de 250 bebedouros
Higienização nos salões do Júri e Auditórios

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua



10.1.12 Projeto “Oficina Pais e Filhos”

A Oficina Pais e Filhos é um projeto desenvolvido pelo CNJ, com base em estudos, práticas e projetos educacionais, que tem por finalidade auxiliar e sensibilizar, de forma preventiva e educativa, os pais no enfrentamento da ruptura familiar, por meio de recursos didáticos que os levam a compreender o momento por que estão passando, e de técnicas capazes de auxiliar a resolução autônoma de seus conflitos e orientar sobre os efeitos negativos de uma abordagem destrutiva com seus filhos.

As Oficinas de Pais e Filhos resultaram da parceria entre o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) e o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Cidadania (Nupemec), com o apoio e colaboração do Núcleo de Apoio à Jurisdição (NAJ).

A Oficina foi projetada para acontecer em um único encontro, com duração de quatro horas, contendo apresentação de vídeos, período para questionamentos, discussões, práticas das habilidades desenvolvidas e atividades lúdicas apropriadas para crianças e adolescentes. São disponibilizadas quatro salas para os dias dos eventos, sendo duas para os pais, uma para as crianças e uma para os adolescentes.

Na Oficina de pais, os casais permanecem em salas separadas, a fim de evitar quaisquer conflitos, bem como para que a presença de um não iniba a participação do outro. Entretanto, as salas são propositadamente mistas, no intuito de criar oportunidade para que os homens ouçam o ponto de vista das mulheres e vice-versa. Na Oficina de filhos, há uma sala para crianças de 6 a 11 anos e uma para adolescentes de 12 a 17 anos.

A Oficina é idealizada pela psicóloga do Cejusc e realizada por uma equipe de dez voluntários, composta por psicólogos, pedagogos e mediadores capacitados em curso de formação de facilitadores, com carga horária de 21 horas.

Até o mês de dezembro de 2016, foram realizadas 19 edições do projeto, totalizando 466 adultos, 208 crianças e 112 adolescentes contemplados com a nova metodologia de trabalho dos conflitos familiares.



10.1.13 Projeto “Os Desafios da Parentalidade”

O projeto tem como objetivo o fortalecimento do diálogo por meio da interação entre os participantes. O grupo é formado por pais que se defrontam com o momento de ruptura familiar e enfrentam questões semelhantes. Assim, procura-se oferecer às partes um espaço seguro e terapêutico para expor suas angústias, dúvidas e possíveis soluções, assegurado o sigilo de tudo aquilo que for compartilhado.

Durante as oficinas, são disponibilizados formulários de solicitação de agendamento de aconselhamento psicológico, que consiste em uma técnica orientada para a ação, com foco no presente, de curta duração, centrada na prevenção e na resolução do problema do sujeito e processo de tomada de decisões, confronto com crises pessoais, melhoria das relações interpessoais, promoção de autoconhecimento e da autonomia pessoal e, ainda, nos sentimentos, pensamentos, percepções e na facilitação da transformação comportamental.

10.1.14 Projeto Geladoteca

Ao Cejusc incumbe, além da prática e incentivo à autocomposição dos conflitos, proporcionar ações de exercício da cidadania. Ciente do seu papel institucional, da hostilidade e do desconforto da espera pelas sessões de mediação e conciliação, sobretudo em razão da falta de humanização no atendimento e de climatização do Fórum, o Centro Judiciário, no intuito de propiciar um ambiente mais harmonioso aos jurisdicionados e de estimular o hábito da leitura como ferramenta do pensamento crítico, base para o exercício da cidadania, implantou o Projeto Geladoteca.

Referido projeto consiste na transformação de geladeiras obsoletas em bibliotecas, disponibilizadas na frente das salas de audiência, as quais contêm, em seu interior, material literário para todas as faixas etárias.

Para o desenvolvimento do projeto, o Cejusc recebeu duas geladeiras doadas pelo Departamento de Patrimônio do Tribunal de Justiça, que foram reformadas e pintadas pelos funcionários do Cejusc/FCB.



10.2 Gestão de Precatórios

As ações empreendidas pela Assessoria de Precatórios no tocante à gestão administrativa foram:

- i. Adequação da estrutura física desta Assessoria, passando a figurar com novo *layout* estabelecido por projeto apresentado e executado pela Secretaria de Administração (Secad);
- ii. Projeto de capacitação interna, com o envolvimento de toda a equipe de trabalho, por meio de ciclo de palestras e debates, compreendendo o compartilhamento de matéria de interesse desta Assessoria;
- iii. Implementação, no Sistema de Automação do Judiciário – SAJSG, de novos fluxos de trabalho, propiciando maior dinamismo e eficiência na tramitação dos feitos;
- iv. Promoção de melhorias no sistema SAPRE, em parceria com a Setin, objetivando agilizar o cadastramento e envio de novos requerimentos pelos juízos da execução;
- v. Compartilhamento do modelo de gestão atualmente adotado por esta Assessoria com os Tribunais de Justiça do Estado de Sergipe, do Rio Grande do Norte e de Roraima, por meio de visitas técnicas a este Tribunal de Justiça, promovendo integração e troca de experiências entre as diversas Cortes do país;
- vi. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará sediou, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2015, a 1ª Reunião da Câmara Nacional de Gestores de Precatórios, quando feita sua instalação, 1ª reunião de trabalho e eleição dos dirigentes para o biênio 2015-2016, ocasião em que foi aclamado como Secretário Geral o Magistrado Francisco Eduardo Fontenele Batista, Juiz Supervisor da Assessoria de Precatórios.

10.3 Secretaria de Administração

Durante o biênio que compreende os anos de 2015 e 2016, a Secad empreendeu ações que resultaram em inovação, melhoria nos procedimentos, redução de custos, enfim no alcance dos objetivos organizacionais deste Tribunal. Dentre as atividades desenvolvidas no período em questão, destacam-se:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- i. Aquisição de mobiliário para equipar 26 Cejuscs do Interior do Estado;
- ii. Melhoria dos procedimentos do leilão, por meio da elaboração do Termo de Referência para Cadastramento de Leiloeiros, culminando com o Leilão Público nº 01/2016;
- iii. Concepção do Manual de Gestão de Materiais, compreendendo, além da descrição detalhada dos procedimentos, a parte normativa pertinente. A versão 1.0 do manual foi disponibilizada em setembro de 2016;
- iv. Adesão, no ano de 2015, ao programa ECOELCE. Essa iniciativa inovadora permite ao TJCE a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia elétrica;
- v. Redução do custo dos contratos de locação de veículos do TJCE de 38,4%. Outras iniciativas foram adotadas, como a adoção de cartões eletrônicos para melhor controle dos abastecimentos dos veículos;
- vi. Readequação dos perfis de consumo de materiais dos setores do TJCE, do Fórum Clóvis Beviláqua e das comarcas do Interior do Estado. Esse trabalho teve como resultado em 2016 uma redução nos gastos em 19,57% em comparação com o ano anterior;
- vii. Redução do custo do contrato de impressão de 67,5%, passando de R\$ 412.356,00 por ano, para R\$ 134.160,00.

10.3.1 Gestão de materiais

No intuito de proporcionar maior padronização das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Administração, foram mapeadas e manualizadas todas as atividades relacionadas à gestão de materiais no âmbito do TJCE, dando origem ao Manual de Gestão de Materiais, que regulamenta os procedimentos e padroniza as atividades dos setores de Almoxarifado e Patrimônio. O referido instrumento irá orientar e disciplinar a Política de Gestão dos Materiais de Consumo e Permanentes no âmbito do TJCE.



10.3.2 Desfazimento de bens permanentes

Durante o biênio 2015-2016, houve a desincorporação de 1.116 itens do acervo patrimonial do TJCE. Destaque-se que, no ano de 2015, aconteceu a doação de bens inservíveis à Secretaria Estadual de Justiça - Sejus e em 2016 aconteceu a baixa de 152 bens de informática em período de garantia, os quais apresentaram defeitos e foram substituídos por novos bens com valor e qualidade igual ou superior.

10.3.3 Orientação aos condutores

Primando pela capacitação constante, assim como para contribuição de um trânsito mais seguro, foi organizada palestra, em 22 de outubro de 2015, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, cuja temática foi desenvolvida pela servidora do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), Ângela Maria, que falou sobre direção defensiva, acidentes evitáveis e não evitáveis, e multas. Também explicou sobre o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), educação no trânsito é direito de todos e sistema nacional de trânsito, entre outros assuntos. Em 18 de fevereiro de 2016, aconteceu uma segunda palestra com o tema “Violência Urbana x Violência no Trânsito” ministrada pelo agente de trânsito Alexandre de Oliveira Azevedo.

10.3.4 Manual de serviços postais

Tornou-se essencial a elaboração de um manual de procedimentos, com dicas e orientações de utilização dos serviços contratados, substituição dos cartões de postagem de cada unidade e criação de um novo banco de dados para o Sistema de Gerenciamento de Postagem, para uso eficiente dos serviços de postagem no Poder Judiciário e adequado controle por parte do Setor de Malotes, atividades em desenvolvimento nesta unidade.

10.4 Implantação de Painel de Informações protocolo/distribuição do TJCE

Instalação, no *hall* de entrada do Protocolo, de painel eletrônico informativo que apresenta, em tempo real, o quantitativo de processos protocolados e distribuídos, por período



diário, semanal e mensal, com o intuito de promover transparência aos trabalhos daqueles setores, além de servir como instrumento de gestão.

10.5 Aprimoramento da Consulta jurisprudencial – Base de Julgados

Foi promovida a correção, aprimoramento e capacitação da ferramenta do sistema SAJSG, que permitiu a consolidação e a busca do inteiro teor das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça, oferecendo aos assessores, magistrados e operadores do direito informações essenciais à fundamentação das decisões e à instrução processual.

10.6 Realização da I Semana de Direito Processual Civil, em colaboração com a Presidência e Vice-Presidência do TJCE

Com o objetivo de capacitar e atualizar os servidores do Tribunal de Justiça e o público em geral, foram proferidas palestras - no período de 2 a 6 de maio de 2016 – abordando temas do novo Código de Processo Civil, contando com a participação de diversos estudiosos e operadores de Direito, a saber: Montovane Colares (Juiz de Direito), Nagibe de Melo Jorge Neto (Juiz Federal), Elizabeth Alecrim Soares Coelho (mestre em Direito Constitucional), Damião Soares Tenório (Procurador do Estado), Emilio Viana (Juiz de Direito), Carlos Marden Cabral Coutinho (Procurador Federal), Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão (Consultor Jurídico do TJCE), Daniel Gomes de Miranda e Pablo Nobre Aragão (Assessor de Desembargador).

10.7 Eventos

Seguem tabelas de eventos e ações realizados e/ou acompanhados pela Assessoria de Cerimonial:

Tabela 60 – Eventos de janeiro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
30 de janeiro	16h	Posse dos novos dirigentes do Poder Judiciário cearense	Auditório Tribunal Pleno

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 61 – Eventos de fevereiro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
2 de fevereiro	10h	Transmissão do Cargo de Corregedor	Auditório Corregedoria
3 de fevereiro	14h	Entrega de Certificados do Curso de Mediação	Hall 1º Andar
4 de fevereiro	14h	1ª Reunião para Elaboração do Plano Estratégico em TI 2015-2020	Auditório da Esmec
6 de fevereiro	10h	Posse do Diretor do Fórum Clóvis Beviláqua	1º Salão do Júri
11 de fevereiro	17h	Posse do Diretor da Esmec	Auditório da Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 62 – Eventos de março – 2015

Data	Hora	Evento	Local
4 de março	9h	Visita de Alunos da Escola Municipal Antonio Correia Lima	TJCE
	14h	Visita de Alunos da Escola Estadual Dom Antonio Batista de Fragoso	TJCE
5 a 6 de março	9h30 às 18h	I Encontro Nacional de Ouvidores dos TJs	Aquário TJCE
6 de março	8h	Abertura das comemorações do Dia Internacional da Mulher e a Semana da Justiça pela Paz em Casa com a presença da Ministra Carmen Lúcia	Hall 1º andar
9 de março	9h	Reunião com a Ministra Nancy Andrighi – Corregedora Nacional de Justiça, e Magistrados das Varas de Execução Fiscal TJCE	Aquário TJCE
11 de março	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Manoel Rodrigues	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal Em-Professor José Parsifal Barroso	
12 de março	13h	Visita de alunos da Escola Estadual de Educação Profissional Adolfo Ferreira de Sousa de Redenção-CE	TJCE
13 de março	16h	Encerramento da Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Mulher
18 de março	9h	Visita de alunos da Escola Municipal Em-Professor Martinz de Aguiar	TJCE
	14h	Visita de alunos da Escola Municipal EM -Reitor Pedro Teixeira Barroso	TJCE
26 de março	19h	Lançamento do livro “Vida Introspecta – poemas e devaneios” do Des. Francisco Bezerra Cavalcante	Esmec
27 de março	14h	Palestra sobre o novo CPC com Ministro Bruno Dantas – TCU, Fredie Didier, Min. Napoleão Nunes Maia e Dr. Juvêncio Vasconcelos	Esmec
31 de março	10h	Palestra “Gestão por Resultados e Competências – Resultados”	Auditório Dom Aloisio Lorscheider
	14h30	Palestra de Magistrado na Escola de Ensino Fundamental e Médio - José Bezerra de Menezes	Escola

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 63 – Eventos de abril – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de abril	11h	Assinatura de convênios do Projeto Aprendizes da Liberdade e Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social	Sala de Convivência
7 de abril	9h	Reunião de Audiência de Custódia	Pleno Aquário
	9h	Visita de alunos da EEFM Mário Hugo Cidrack	TJCE
	14h	Visita de alunos da EEFM Caic Raimundo Gomes de Carvalho	TJCE
8 de abril	10h	Reunião da Presidente com todos os Desembargadores	Restaurante dos Desembargadores
	16h	Solenidade de Posse da Des. Lisete de Sousa Gadelha – Cejai e Des. Maria Vilauba Fausto Lopes – CIJ	Hall 1º andar
9 de abril	10h	Reunião da Presidente com todos os Magistrados da Capital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
10 de abril	10h	Reunião da Equipe Técnica do TJCE com todos os Servidores do TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
11 de abril	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU (Av. Alberto Craveiro, 2222 – Dias Macedo)
14 de abril	8h	Visita de Alunos da Faculdade Integrada da Grande Fortaleza	TJCE
	9h	Reunião da Des. Lisete – Cejai com responsáveis por abrigos	Aquário
22 de abril	8h30	Visita de Alunos da EM Colônia Z-8	TJCE
	12h	Missa em Ação de Graças pelo Aniversário Natalício da Des. Iracema Vale	Capela TJCE
	14h30	Visita de alunos da EM Dom Aloísio Lorscheider	TJCE
23 de abril	14h30	Palestra de Magistrado na EM Dom Fragoso	Escola (Av. Francisco Sá, 7945)
24 de abril	14h30	Palestra de Magistrado na EEFM Dr. César Cals	Escola (Av. Dom. Olímpio, 1800)

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 64 – Eventos de maio – 2015

Data	Hora	Evento	Local
8 de maio	10h	Solenidade em homenagem às mães do Poder Judiciário cearense	Hall 1º andar
11 de maio	11h	Palestra do Dr. Vitor Valin pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	11h	Reunião da Cejai - Projeto OLA	Sala de Convivência
12 de maio	12h	Culto em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Hall 1º andar
	12h	Missa em Ação de Graças pelo Dia das Mães	Capela Nossa Sra. de Fátima
	15h	Assinatura de convênio com Sejus de ressocialização de apenados	Sala Presidência
14 de maio	10h	Palestra Dra. Clarissa Nobre pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	14h	Palestra pessoal UNICEF pelo Dia das Mães	Auditório Dom Aloísio Lorscheider



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

19 de maio	15h	Solenidade de lançamento do Selo de Responsabilidade Judiciária	Auditório Bernardo Machado da Costa Dória
20 de maio	Dia Todo	Dia de Valorização do 1º Grau	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 a 29 de maio	9h30 às 12h	Curso de Licitação	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
26 de maio	17h	Solenidade de Posse das Juízas de Direito Lígia Andrade de Alencar Magalhães e Lira Ramos de Oliveira como Desembargadoras	Pleno TJCE
29 de maio	10h	Entrega dos Selos Precatórios (Responsabilidade Judiciária)	

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 65 – Eventos de junho – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de junho	10h	Palestra “Clima e Água”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	15h	Assinatura de convênio com Secretário de Segurança Pública	Sala da Presidência
3 de junho	10h	Assinatura de convênio Justiça Restaurativa com a presença da Vice-Governadora	Sala da Presidência
11 de junho	10h	Apresentação do Coral do TJCE em Homenagem ao Dia dos Namorados	Andar térreo
12 de junho	16h	Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE
29 de junho	10h	Apresentação do Coral TJCE e grupo de forró pé de serra de Guaiuba em homenagem às festas juninas	Hall 1º andar

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 66 – Eventos de julho – 2015

Data	Hora	Evento	Local
6 de julho	9h30	Palestra “Desafios da Execução Estratégica”	Auditório Dom Aloísio
10 de julho	9h	1ª Audiência Pública do Poder Judiciário	Memorial Padre Cícero – Juazeiro do Norte
10 de julho	10h30	Reunião sobre Audiência de Custódia	Aquário
14 de julho	19h	Abertura do Curso de Direitos Humanos	Esmec
31 de julho	16h	Solenidade em homenagem aos comandantes do Exército brasileiro	Fórum das Turmas Recursais

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 67 – Eventos de agosto – 2015

Data	Hora	Evento	Local
3 de agosto	10h	Solenidade de Abertura da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Fórum Clóvis Beviláqua
	8h às 18h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
7 de agosto	16h	Encerramento da II Semana da Justiça pela Paz em Casa	Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

8 de agosto	8h às 12h	I Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
	13h às 18h	I Conferência Socioambiental dos Três Poderes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
13 de agosto	13h30	Posse do Juiz de Direito Saulo Belfort Simões	Pleno
21 de agosto	10h	Solenidade de entrega da Medalha do Mérito Judiciário Clóvis Beviláqua ao Min. Ricardo Lewandowski	Auditório Pleno
	10h40	Audiência de Custódia com Min. Ricardo Lewandowski	Aquário
	8h às 18h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
22 de agosto	8h às 12h	Curso de Capacitação de Magistrados da Infância e Juventude	Esmec
26 de agosto	14h	Palestra “Mediação de Conflitos e o Sistema de Justiça: Novos Rumos” com Professoras Lilian Sales e Alexandra Cartes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
27 de agosto	16h	Posse do Magistrado Heráclito Vieira de Sousa Neto como Desembargador	Pleno TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 68 – Eventos de setembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de setembro	10h	5ª Reunião de Gestores de Precatórios	Aquário
2 de setembro	12h	Ato Ecumênico em Ação de Graças pelas Debutantes	Hall 1º andar
11 de setembro	20h	Baile de Debutante das crianças acolhidas pelos abrigos assistidos pela CEJAI	Clube dos Magistrados
15 de setembro	10h	Palestra sobre AVC com o Neurocirurgião Flávio Leitão Filho	Dom Aloísio Lorscheider
18 de setembro	14h	Solenidade em Comemoração aos 20 anos da JECC	Esmec
25 de setembro	10h	Visita da Ministra Nancy Andriighi – Corregedora Nacional de Justiça – Evento Governança Fiscal	Centro de Eventos

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 69 – Eventos de outubro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
1º de outubro	12h	Missa em Ação de Graças por Santa Terezinha	Hall 1º andar
13 de outubro	10h	Palestra com Dr. Luis Gonzaga Porto sobre Câncer de Mama	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	15h	Reunião da Sefin com Cartorários da Capital e Região Metropolitana e seus fornecedores de Selo Extrajudicial Digital	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
14 de outubro	10h	Palestra sobre Síndrome do Esgotamento Profissional	Restaurante dos Desembargadores
19 de outubro	9h	Café da manhã com deputados da bancada federal	Restaurante dos Desembargadores
22 de outubro	9h	Palestra sobre Segurança no Trânsito	Restaurante dos Desembargadores
27 de outubro	9h	Palestra sobre Câncer de Mama	Fórum Clóvis Beviláqua
27 de outubro	14	Palestra sobre Assessoria de Corrida	Auditório Aquário



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

28 de outubro	10h	Ato Ecumênico em homenagem ao Dia do Servidor Público	Hall 1º andar
28 de outubro	15h	Solenidade de aposição de fotos na galeria de ex-ouvidores gerais do TJCE	Ouvidoria do TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 70 – Eventos de novembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
10 de novembro	10h	Solenidade comemorativa aos 20 anos do Coral TJCE	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23 de novembro	9h	Abertura da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
26 de novembro	19h	Abertura do Fórum Nacional Permanente de Reconstrução Social	Esmec
		“Diálogos pela paz: segurança com cidadania”	
27 de novembro	16h	Encerramento da Semana Nacional de Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 71 – Eventos de dezembro – 2015

Data	Hora	Evento	Local
3 de dezembro	9h as 12h	Reunião Seplag/Setin	TJCE – Aquário
3 de dezembro	15h	Chá oferecido pela Desa. Gladys	TJCE – Rest. Desembargadores
9 de dezembro	11h	Evento da Desa. Lisete – Entrega de prêmio aos parceiros que contribuíram para a realização do baile de debutantes	TJCE
10 de dezembro	11h	Natal do Poder Judiciário	TJCE
11 de dezembro	9h às 12h	I Fórum de Análise Estratégica	Fórum
11 de dezembro	14h às 17h	Audiência Pública 5ª Zona Judiciária	Fórum
16 e 17 de dezembro	9h às 17h	V Seminário de Auditoria	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 72 – Eventos de fevereiro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
12 de fevereiro	10h	Sessão Pública para escolha das Comarcas pelos 76 novos juízes	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
18 de fevereiro	13h	Palestra “Violência Urbana x Violência no Trânsito”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
23 de fevereiro	14h	Palestra sobre “A importância da Justiça sobre o Sistema Democrático Brasileiro”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
25 de fevereiro	9h	Sessão Extraordinária de Posse dos 76 novos juízes de direito	Auditório Pleno
26 de fevereiro	15h	Entrega do Mérito Jurisdicional Desembargador Carlos Facundo	Auditório Aquário

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 73 – Eventos de março – 2016

Data	Hora	Evento	Local
3 de março	13h30	Posse de 2 novos Magistrados	Pleno
7 de março	11h30	Abertura da Semana do Dia Internacional da Mulher	Hall 1º andar
8 de março	10h30	Assinatura de convênios com universidades para instalação de Centros Judiciários	Sala de Convivência
8 de março	15h	Entrega dos atos do processo que consubstanciaram a criação da Lei Maria da Penha	Memorial do Poder Judiciário
24 de março	13h	Visita de alunos da Fametro	TJCE
31 de março	13h	Visita de alunos da Escola Profissionalizante de Rendenção	TJCE
31 de março	13h	Posse do Juiz João Paulo Barbosa Lima	Pleno TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 74 – Eventos de abril – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 de abril	10h30	Palestra “Novos valores da Justiça Consensual face ao Novo CPC”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
	14h	Palestra “A Institucionalização da Mediação de Conflitos no Brasil: um novo paradigma”	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
8 de abril	9h30	Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Poder Judiciário	Aquário
14 de abril	13h30	Visita de alunos da Unifor	TJCE
28 de abril	13h	Visita de alunos da Fametro	TJCE
28 de abril	13h30	Posse do Juiz Substituto Rogaciano Bezerra Leite Neto como Juiz Substituto da Comarca de Madalena	Auditório Pleno
29 de abril	13h	Palestra Seplag	Aquário
30 de abril	8h	Páscoa dos Magistrados	CEU

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 75 – Eventos de maio – 2016

Data	Hora	Evento	Local
2 a 4 de maio	Dia todo	Exposição de trabalhos artesanais confeccionados por adolescentes dos Centros Socioeducativos Martin Francisca e ADOC	Hall 1º andar
2 a 6 de maio	14h às 17h	I Semana de Direito Processual Civil	Auditório Dom Aloísio Lorscheider
5 de maio	12h	Solenidade de Homenagem do Poder Judiciário às Mães	Hall 1º andar
6 de maio	15h	Palestra “Virtude, força e talento da mãe moderna” com o coach Manoel Carvalho	Auditório 2º andar
12 de maio	13h30	Visita de alunos da Fametro	TJCE
18 de maio	18h	Entrega da Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra	Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 76 – Eventos de junho – 2016

Data	Hora	Evento	Local
1º de junho	10h	Palestra da Seplag Des. Carlos Alberto Mendes Forte	TJCE
1º de junho	15h	Assinatura de convênio com Secretário de SSPDS	TJCE
3 de junho	8h	Visita de Alunos EM Santa Maria	TJCE
	14h	Visita de Alunos EM Alcides Pinto	TJCE
9 de junho	8h	Visita de Alunos EEFM Gal Murilo Borges	TJCE
	14h	Visita de Alunos EEEP José de Barcelos	TJCE
10 de junho	8h	Visita de Alunos EM Claudio Martins	TJCE
	14h	Visita de Alunos EM Zaira Montenegro	TJCE
12 de junho	16h	Solenidade de Posse dos Dirigentes do TRE	TJCE
16 de junho	14h	Palestra com Magistrado na escola EEM Dep. Paulo Benevides	Escola
24 de junho	8h	Visita de Alunos EM Gal. Cordeiro Neto	TJCE
	14h	Visita de Alunos EM Waldemar Barroso	TJCE
26 de junho	14h	Palestra com Magistrado na Escola EM 11 de Agosto	Escola

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 77 – Eventos de julho – 2016

Data	Hora	Evento	Local
14 de julho	14h	Posse da Desa. Maria Edna Martins como Ouvidora do Poder Judiciário	TJCE
22 de julho	14h30	Palestra com Magistrado na escola EEFM Monsenhor Dourado	TJCE
29 de julho	9h	Visita de Alunos EEFM Jenny Gomes	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 78 – Eventos de agosto – 2016

Data	Hora	Evento	Local
3 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
9 de agosto	8h30	Solenidade de Instalação da 3ª Câmara Criminal	TJCE
10 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
12 de agosto	8h30	Reunião do Comitê Estratégico (Desa. Nailde)	TJCE
17 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
24 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
31 de agosto	8h	Visita de Alunos do Polo Messejana	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Messejana	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 79 – Eventos de setembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
1º de setembro	9h	Missa em Ação de Graças pelos 30 Anos de Magistratura da Desa. Lisete	TJCE
	14h30	Visita de Alunos da Fametro	TJCE
9 de setembro	14h	Evento do Des. Lincoln – Treinamento sobre inspeção extrajudicial	TJCE
13 de setembro	10h30	Palestra “Gerenciamento de Projetos”	TJCE
14 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo Praia do Futuro	TJCE
16 de setembro	8h30	Cerimônia de Assunção de Magistrados no cargo de Juiz Recursal da Fazenda Pública – Fórum Dolor Barreira	TJCE
21 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
23 de setembro	18h30	Evento “Os Direitos Humanos das Mulheres”	Esmec
28 de setembro	10h30	Lançamento da Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais	Esmec
28 de setembro	8h	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE
	14h30	Visita de Alunos do Polo João XXIII	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 80 – Eventos de outubro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 de outubro	8h30	Visita de Alunos	TJCE
	9h	Inauguração do Cejusc	Fórum Clóvis Beviláqua
	13h30	Visita de Alunos	TJCE
7 de outubro	10h	Assinatura de convênio com Universidade Católica de Quixadá para criação de Cejusc	Gab. Des. Gladyson
	14h	Treinamento da Corregedoria com Juizes da Capital e do Interior (Inspeção Extrajudicial)	Auditório Dom Aloísio
11 de outubro	14h	Oficina de tempero naturais “Aprenda como reduzir o sódio em sua dieta” com equipe de nutricionistas do TJCE	Sala 1 Subsolo
19 de outubro	14h	Palestra “Portinari: do cafezal à ONU” com professor João Cândido Portinari	Auditório Dom Aloísio
20 de outubro	14h	Palestra “Autogestão e inteligência emocional no trabalho” com André Naberezny	Auditório Dom Aloísio
21 de outubro	Dia todo	Seminário Cejai e Rede Adotiva	Auditório Dom Aloísio
25 de outubro	9h	Palestra “Gestão de pessoas: a arte de lidar com gente, suas dificuldades e seus fascínios” com Dr. Nelson Nogueira	Auditório Dom Aloísio
26 de outubro	9h	Aula Espetáculo “Como fazer muitas coisas ao mesmo tempo e permanecer sadio e feliz” com Dr. Haroldo Guimarães	Auditório Dom Aloísio
26 de outubro	9h30	Evento comemorativo 12 anos da Ouvidoria TJCE	Aquário
	14h	Palestra: “Metodologias ativas de aprendizagem para nós e nossos filhos: a experiência filandesa em educação” com Igor Paim	Auditório Dom Aloísio
28 de outubro	10h	Palestra “As principais mudanças do novo Código de Processo Civil e	Auditório Dom



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

		seus impactos no Judiciário Estadual” com Dr. Nilsiton Rodrigues	Aloisio
	14h	Roda de Conversa Literária “Contos e causos cearenses: conhecendo a história e as estórias do Ceará moleque” com Prof. Juarez Leitão e encerramento da Semana do Servidor	Auditório Dom Aloisio

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 81 – Eventos de novembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
08 e 09 de novembro	8h	IX Seminário Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional	Esmec
16 de novembro	8h30	Visita de Alunos	TJCE
	13h30	Visita de Alunos	TJCE
21 de novembro	9h	Abertura da Semana Nacional da Conciliação	Fórum Clóvis Beviláqua
30 de novembro	15h	Evento comemorativo aos 20 anos do Juizado Móvel	Esmec

Fonte: Assessoria de Cerimonial

Tabela 82 – Eventos de dezembro – 2016

Data	Hora	Evento	Local
5 a 8 de dezembro	8h às 17h	Exposição de artesanatos confeccionados pelos adolescentes do Centro Socioeducativo	TJCE – 1º Andar
8 de dezembro	19h	Abertura do V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
9 de dezembro	8h às 18h	V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
10 de dezembro	8h às 12h	V Encontro da Magistratura Cearense	Esmec
14 de dezembro	8h	Reunião Comitê Estratégico Seplag	TJCE
14 de dezembro	15h	Evento Inaugural Videoconferência em Procedimentos Criminais	Fórum
15 de dezembro	16h	Entrega da Medalha do Mérito Judiciário Cearense – Clóvis Beviláqua	TJCE
15 e 16 de dezembro	8h às 18h	Seminário Anual da Auditoria	TJCE - Aquário
16 de dezembro	11h	Natal do Poder Judiciário	TJCE

Fonte: Assessoria de Cerimonial

11. VICE-PRESIDÊNCIA

A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará apresenta o relatório consolidado com os resultados alcançados no biênio 2015-2016, sob a gestão do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes. Neste período, emvidou-se incansável esforço com o desiderato de avançar na gestão dos processos físicos e virtuais com visio à melhoria qualitativa e quantitativa da prestação jurisdicional.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Pretende-se, precipuamente, demonstrar de forma simples e objetiva as principais atividades desenvolvidas no biênio antedito, bem como conferir publicidade às ações desempenhadas por esta unidade.

Para tanto, apresentam-se dados estatísticos relativos aos feitos de sua competência, em cuja senda estão inclusos os juízos de admissibilidade dos recursos extremos e seus respectivos incidentes; os feitos relativos à distribuição de urgência de processos; a apreciação de pedidos de providências urgentes face ao afastamento dos relatores no período estipulado no Regimento Interno, dentre os quais se encontram as liminares em *habeas corpus*, agravos de instrumento, mandados de segurança etc.; a análise de pedidos para atribuição de efeitos suspensivos aos recursos extremos pendentes de admissibilidade; além de outras competências, nos termos do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Merece registro o fato de que a Vice-Presidência recebeu novas e importantes atribuições na atual administração do Poder Judiciário cearense com o advento no novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 1º de agosto de 2016.

A seguir, serão deslindados os dados relativos às atividades desenvolvidas pelo Órgão diretivo no período em tela, mediante o levantamento de dados estatísticos e outras informações relevantes.

11.1 Estrutura funcional e distribuição de atribuições

Compõe-se a Vice-Presidência de dois juízes auxiliares, dois assessores, um assessor especial, uma chefia e um oficial de gabinete. Ao longo da gestão, a par dos apontados cargos, o Desembargador contou com a lotação de três servidores terceirizados e de dois estagiários na Vice-Presidência. O gabinete do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, composto por cinco servidores, trabalha em conjunto com a Vice-Presidência, a fim de otimizar e celerizar o desempenho das atividades.

Tão logo assumiu o Órgão diretivo, o Vice-Presidente resolveu, mediante a Portaria nº 1, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 6 de fevereiro de 2015, dispor sobre a estruturação e organização do Gabinete da Vice-Presidência, estabelecendo um regime inaugural de trabalho e dando outras providências, dentre as quais a constituição de uma força-tarefa integrada pelos



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

assessores e servidores, dividida em equipes, com intercambiamento de competências, visando à racionalização das atividades judiciais e administrativas de competência originária do setor.

Posteriormente, com o advento do Novo Regimento Interno da Corte de Justiça, houve a publicação da Portaria nº 1, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 11 de agosto de 2016, com fins de adequação às novas previsões regimentais, oportunidade em que foram incluídas competências relativas à regência da distribuição dos processos no Tribunal, à aferição de urgência para a distribuição dos feitos, bem como à análise dos pedidos de desarquivamento e restauração de autos.

Disciplinou-se, em ambas oportunidades, a forma de atendimento aos jurisdicionados e aos procuradores judiciais, como também determinou-se que os processos serão analisados em obediência ao critério da antiguidade da conclusão, excetuando-se os casos que haja determinação pelo Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Conselho Nacional de Justiça de exame urgencial; as ações repetitivas, assim identificadas; os processos que gozam de tramitação preferencial (idosos e portadores de doença grave, regidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente), prevista no art. 1.208 do Código de Processo Civil vigente.

11.2 Estatística processual

11.2.1 *Procedimentos Administrativos*

Durante o biênio em pauta, o Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes atuou como relator de um total de 3 procedimentos administrativos no Conselho da Magistratura.

11.2.2 *Processos Distribuídos, Redistribuídos e Transferidos*

Durante o biênio 2015-2016, nesta Corte de Justiça, foram distribuídos/redistribuídos 135.510 processos, conforme detalhado na tabela abaixo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 83 – Quantidade de processos distribuídos/redistribuídos

Processos	Quantidade
Distribuídos	81.202
Redistribuídos	54.308
Total	135.510

Fonte: CATI

11.2.3 Decisões Proferidas

Durante a atual gestão, foram proferidos 13.127 provimentos jurisdicionais, sendo 6.638 juízos prévios de admissibilidade de recursos constitucionais; 694 decisões diversas (decisões de não conhecimento, prejudicialidade, homologações de transações, desistências, interlocutórias etc.) e, ainda, 5.795 despachos de adoção de providências, redistribuição e mero expediente. Abaixo, segue o detalhamento dos presentes dados:

Tabela 84 – Quantidade de decisões proferidas

Decisões proferidas	Quantidade
Recursos Especiais	4288
Recursos Extraordinários	1.668
Recursos Ordinários	682
Decisões Diversas	694
Despachos de mero expediente	5.795

Fonte: Vice-Presidência

É digno de relevo o fato de a atual gestão ter envidado esforços e logrado êxito em esgotar todo o acervo de processos físicos.

11.2.4 Processos com Pedidos de Distribuição de Urgência

Nos termos dos artigos 21, inciso V e 67, ambos do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, passou a ser da competência do Vice-Presidente presidir à distribuição dos processos no Tribunal. Desde a novel alteração, ocorrida em agosto de 2016, foram apreciados 52 pedidos de distribuição de urgência, os quais seguem adiante detalhados:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 85 – Processos com pedidos de distribuição de urgência

Mês	Quantidade
Agosto	8
Setembro	9
Outubro	8
Novembro	13
Dezembro	14

Fonte: Vice-Presidência

11.2.5 Processos com Pedidos de Providências Urgentes

Consoante o previsto nos parágrafos §§6º, 7º, 8º e 9º do art. 74 do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, compete ao Vice-Presidente apreciar o pedido de providência que demande solução urgente quando do afastamento do(a) Desembargador(a) Relator(a) por período igual ou superior a 3 dias.

Em atendimento a essa previsão, foram apreciados 357 pedidos de providências urgentes em *Habeas Corpus*, 19 em Agravos de Instrumento, 3 em Mandados de Segurança, 1 em Exceção de Suspeição, 1 em Revisão Criminal, 1 em Tutela Antecipada Antecedente e 1 em Dissídio Coletivo de Greve. Analisou-se, ainda, 22 cautelares intentadas no efeito de atribuir efeito suspensivo aos recursos extremos. A seguir, apresenta-se quadro pormenorizado:

Tabela 86 - Processos com pedidos de providências urgentes

Processo	Quantidade
<i>Habeas Corpus</i>	357
Agravo de Instrumento	19
Mandado de Segurança	3
Cautelares	22
Exceção de Suspeição	1
Revisão Criminal	1
Tutela Antecipada Antecedente	1
Dissídio Coletivo de Greve	1

Fonte: Vice-Presidência

No que concerne ao índice de agilidade na apreciação de medidas de urgência, vale a pena consignar que o prazo de 5 dias úteis vem sendo observado com bastante rigor, atingindo o percentual de 100%.



11.3 Interinato

Durante o biênio 2015/2016, o Desembargador Vice-Presidente assumiu a Presidência da Corte de Justiça durante 153 dias por motivo de viagens oficiais, licenças e férias da Desembargadora Presidente. Presidiu, ainda, 05 Sessões do Tribunal Pleno, 30 Sessões do Órgão Especial e 33 Sessões Ordinárias do Conselho da Magistratura.

11.4 Ações e projetos setoriais

11.4.1 Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Nurer/ Criação do Nugep conforme disposto na Resolução 235, de 13 de julho de 2016 do CNJ

Em 31 de março de 2015 foi instituído, mediante a Portaria nº 740/2015, o Nurer – Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em consonância com a Resolução nº 160, de 19 de outubro de 2012, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – encarregado do gerenciamento do acervo dos recursos decorrentes dos institutos da repercussão geral e dos recursos repetitivos.

O núcleo era vinculado à Vice-Presidência e composto pelo Secretário Judiciário, um servidor da Vice-Presidência, um servidor das Turmas Recursais dos Juizados Especiais e um servidor do Tribunal de Justiça, todos supervisionados pelo Juiz Auxiliar da Vice-Presidência (Resolução nº 02/2013 e Portaria nº 2082/2015).

Dentre as funções relacionadas ao Nurer tinha-se a identificação, catalogação e atualização dos recursos representativos de controvérsias, bem como o acompanhamento da tramitação dos recursos paradigmas nos Tribunais Superiores. O núcleo compilava, ainda, os dados referentes aos recursos sobrestados/suspensos nas Turmas e Colégios Recursais, sem prejuízo de outros mecanismos ou atividades que pudessem ser criados para possibilitar o gerenciamento de processos submetidos à sistemática da repercussão geral e recursos repetitivos.

O Nurer tinha por objetivo monitorar e gerenciar processos submetidos à sistemática da repercussão geral ou recurso repetitivo, como forma de obstar o número excessivo de demandas e



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

recursos perante o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, e contribuir para a uniformização de procedimentos e melhoria da gestão dos Tribunais.

Entretanto, com o advento no novo Código de Processo Civil (art. 979, *caput*, § 1º e 3º, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, que dispõe sobre a padronização de procedimentos administrativos decorrentes de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência, determinou a criação do Nugep – Núcleo de Gerenciamentos de Precedentes.

Insta consignar que o Nugep – Núcleo de Gerenciamento de Precedentes tem como principais atribuições:

- i. uniformizar o gerenciamento dos procedimentos administrativos decorrentes da aplicação da repercussão geral, de julgamentos de casos repetitivos e de incidente de assunção de competência;
- ii. monitorar os recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, a fim de identificar controvérsias e subsidiar a seleção, pelo órgão competente, de dois ou mais recursos representativos da controvérsia;
- iii. alimentar o banco nacional de dados com informações da repercussão geral, dos casos repetitivos e dos incidentes de assunção de competência, com dados atualizados sobre os processos sobrestados no estado ou na região, conforme o caso, bem como nas turmas e colégios recursais e nos juízos de execução fiscal, identificando o acervo a partir do tema;
- iv. controlar os dados referentes aos grupos de representativos, padronizando, organizando e controlando o conjunto de processos encaminhados ao STF e ao STJ, nos termos do § 1º do art. 1.036 do CPC, bem como disponibilizar informações para as áreas técnicas do Tribunal quanto à alteração da situação do grupo, inclusive se admitido como Controvérsia ou Tema;
- v. comunicar imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça, para registro eletrônico, acerca de instauração e julgamento de incidente de julgamento de demandas repetitivas e recursos extraordinários e especiais repetitivos;
- vi. auxiliar os órgãos julgadores na gestão do acervo sobrestado;
- vii. informar a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos dos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8º; 1.039; 1.040 e 1.041 do CPC;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- viii. receber e compilar os dados referentes aos recursos sobrestados nas Turmas e Colégios Recursais e nos Juízos de Execução Fiscal;
- ix. elaborar e divulgar, mensalmente, “Boletim de Precedentes Judiciais”, a ser enviado até o quinto dia útil do mês subsequente às unidades judiciárias;
- x. auxiliar o Coordenador do Nugep no gerenciamento, supervisão e avaliação das atividades programáticas deste núcleo;
- xi. informar ao Nugep do CNJ e manter na página do Tribunal na internet dados atualizados de seus integrantes, tais como nome, telefone e *e-mail*, bem como enviar esses dados, ao STF e ao STJ, sempre que houver alteração em sua composição;
- xii. coordenar as atividades dos departamentos, sistematizando a coleta, o armazenamento e a atualização das bases de informações gerenciais, em consonância com as orientações do Presidente, de forma a propiciar análises, avaliações e relatórios sobre as atividades, metas e indicadores de desempenho do Nugep;
- xiii. informar ao Nugep do CNJ a existência de processos com possibilidade de gestão perante empresas, públicas e privadas, bem como agências reguladoras de serviços públicos, para implementação de práticas autocompositivas, nos termos do artigo 6º, VII, da Resolução CNJ 125/2010;
- xiv. encarregar-se das correspondências remetidas e recebidas, organizando e arquivando os documentos referentes ou destinados ao Nugep;
- xv. secretariar reuniões, incumbindo-se da redação e arquivamento de suas atas;
- xvi. prestar orientação aos órgãos e servidores do Tribunal de Justiça, em matéria ligada à área, no cumprimento de instruções e demais atos normativos institucionais;
- xvii. desempenhar outras atividades afins que lhe forem atribuídas pelo Presidente do Tribunal de Justiça ou pela Comissão Gestora do Nugep.

11.4.2 Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça

A Meta 7 do Conselho Nacional de Justiça consiste em priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos. No âmbito da Justiça Estadual,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

consubstancia-se em gerir estrategicamente as ações em massa, com a identificação e o monitoramento do acervo das demandas repetitivas.

Consoante a Portaria nº 1.594/2016, publicada no Diário da Justiça Eletrônico em 8 de setembro de 2016, o Vice-Presidente, Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes, foi designado como gestor da Meta 7 do CNJ, estipulada para o Judiciário Nacional em 2016; e da meta relacionada ao Indicador nº 22 “Taxa de Congestionamento em Demandas Repetitivas” do Plano Estratégico 2015-2020.

11.4.3 Melhorias e adaptações do sistema SAJ-SG

Com o advento do novo Código de Processo Civil, restou expressamente consignada a previsão de cabimento de agravo interno em face das decisões monocráticas do Vice-Presidente em determinados casos. O novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará trouxe igualmente previsão disciplinando o assunto.

Nessa conjuntura, solicitou-se, por meio do Memorando nº 18/2016 – VP (CPA nº 8516715-23.2016.8.06.0000), direcionado à Secretaria Judiciária, a criação de fluxo de julgamento colegiado no sistema SAJSG para processos da Vice-Presidência. Dentro desse contexto, foram realizadas reuniões com a Secretaria Judiciária, nas quais foram propostas outras melhorias e adaptações no SAJSG a fim de otimizar o desempenho das atividades rotineiras do gabinete, as quais foram devidamente atendidas pela Secretaria, encontrando-se em fase de adaptação entre os setores responsáveis pelo envio e remessa de processos.



12. CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Em atendimento à solicitação do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que prevê a apresentação de relatórios da administração e das atividades do Tribunal, e, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, documenta as principais ações, projetos e resultados da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará ao longo de sua gestão no período de fevereiro de 2015 a dezembro de 2016.

12.1 Gestão estratégica

12.1.1 Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento das Unidades

O Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por unidade foi instituído a partir da publicação da Portaria nº 2.034, de 11 de setembro de 2015, pela Presidência do TJCE. A Corregedoria, em cumprimento ao disposto no inciso VI do artigo 4º da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, onde está previsto que lhe compete monitorar, em articulação com a Secretaria de Planejamento e Gestão, a taxa de congestionamento de processos judiciais e colaborar para a sua redução, participou da implantação do referido programa, determinando aos magistrados que indicassem servidores e diretores de secretaria para participarem dos treinamentos realizados em cada uma das zonas judiciárias, conjuntamente com a Secretaria de Planejamento, nos indicadores do CNJ, na atualização dos sistemas processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas e nos procedimentos padronizados de baixas processuais, assim como na orientação de atuação do Grupo de Redução do Congestionamento da Comarca de Fortaleza.

12.1.2 Realização do I Mutirão de Baixas Processuais

Objetivando a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado do



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Ceará, foi realizado, no período de 3 a 13 de novembro de 2015, o Mutirão de Baixas Processuais nas unidades judiciárias de 1º Grau. A ação foi coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tendo como resultado a realização de 14.147 baixas processuais.

12.2 Estatística Processual da Diretoria-Geral e Unidades

Tabela 87 - Portarias

Portarias 2015/2016	Quantidade
Sindicâncias instauradas *	10
Prorrogar prazo conclusão sindicância/PAD	32
Inspeções/correições	17
Reconduzir comissão sindicante	18
Outras	49
Total	126

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 88 – Provimentos

Provimentos 2015/2016	Quantidade
Diversos	21

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 89 - Editais

Editais 2015/2016	Quantidade
Formação de Colegiado do 1º Grau	9
Correições	1

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

Tabela 90 - Certidões para juízes

Certidões 2015/2016	Interior	Capital	Total
Fins gerais	16	13	29
Promoção/remoção	377	35	412
Permuta	6	2	8
Acesso desembargador	-	38	38
Vitaliciedade	46	-	46
Juiz Corregedor	1	1	2
Total geral	446	89	535

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Tabela 91 – Informações

Informações 2015/2016	Quantidade
Em procedimentos administrativos	62

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

12.2.1 Estudos Realizados

No ano de 2015, foram elaborados dois relatórios voltados para apresentar os dados estatísticos concernentes à produtividade dos magistrados, convergindo para as hipóteses de respondência, sob os aspectos do tempo em que se deu a respondência e do número de unidades pelas quais o juiz respondeu, a saber: “Análise da produtividade dos magistrados em respondência nas comarcas de entrância inicial nos meses de março a junho de 2015” e “Análise da produtividade dos magistrados em função do número de respondências simultâneas nas comarcas de entrância inicial no período de março a junho de 2015”.

Em 2016, foi desenvolvido estudo sobre a taxa de congestionamento das unidades, com o fito de balizar a elaboração do cronograma das inspeções judiciais a serem realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, dando origem ao relatório “Análise da taxa de congestionamento e tempo de inspeções das unidades judiciárias”.

Ao encontro da Meta 1/2016 do Conselho Nacional de Justiça, realizou-se análise comparativa do número de processos distribuídos/entrados em relação ao de processos arquivados nas unidades com acervo integralmente digital, o que consubstanciou o relatório “Análise do quantitativo de processos arquivados em relação aos processos entrados nas unidades judiciárias virtualizadas na comarca de Fortaleza”.

Considerando os casos em que o magistrado não apresenta nos relatórios estatísticos nenhum despacho, sentença, decisão interlocutória, acordo ou audiência no período de referência, foi concebido o relatório “Análise da prestação jurisdicional zerada dos magistrados de 1º grau no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015”.

Por derradeiro, registra-se o relatório “Análise da produtividade nas comarcas de entrância inicial preenchidas com a nomeação dos 76 magistrados ingressos no Poder Judiciário por meio do concurso de 2014” (Edital nº 01/2014 - DJE de 21 de fevereiro de 2014), o qual ainda se encontra em fase de conclusão.



12.2.2 Conselho da Comunidade

O Conselho da Comunidade está previsto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, tendo seu funcionamento regulamentado pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 96, de 27 de outubro de 2009. Consoante os registros disponíveis no sistema informatizado SGEN, o Poder Judiciário estadual possui 90 comarcas com Conselho da Comunidade instalado e em plena atividade.

12.2.3 Correição Permanente

No intuito de dar cumprimento ao determinado no art. 56 do Código de Organização Judiciária e na Recomendação nº 12/2013 do CNJ, foi editado o Provimento nº 12/2015/CGJ, no qual restou regulamentado o procedimento de correição judicial anual realizada pelos juízes no âmbito das suas unidades judiciárias, sendo registrado o seguinte quantitativo:

Tabela 92 – Quantidade de inspeções internas realizadas

Entrância	Quantidade de inspeções internas realizadas
Inicial	97 unidades judiciárias
Intermediária	84 unidades judiciárias
Final	193 unidades judiciárias

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

12.2.4 Inspeções Realizadas

Considerando as prescrições contidas no art. 59, VI e XIII do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará, bem como o disposto nos artigos 14, IV, V, VIII, X, 16, I, 71 a 75 do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, foram realizadas no biênio 2015-2016, dados até dezembro/2016, 297 inspeções. Destas, 151 unidades judiciárias foram inspecionadas no ano 2015 e 146 no ano de 2016.

As inspeções judiciais foram realizadas pelos juízes auxiliares, Ricardo Bruno Fontenelle, Rômulo Holanda Veras, Demetrio Saker Neto, Roberta Ponte Marques Maia, Mirian Mota Randal Pompeu e Agenor Studart Neto (exerceu a atividade na CGJ até o dia 29 de janeiro de



2016).

Para a seleção das comarcas a serem inspecionadas no ano de 2015 foi utilizado o critério temporal, onde eram inspecionadas as unidades com mais tempo desde a última inspeção. Já para a definição das inspeções do ano de 2016, foi desenvolvido relatório, no qual foi apresentada uma relação de comarcas para inspeção, após a análise em conjunto do critério temporal e do Estudo Técnico nº 03/2015 realizado pela Secretaria de Planejamento e Gestão – Seplag/TJCE, que contemplou o diagnóstico do congestionamento das unidades judiciárias.

12.3 Produtividade e Atividades da Auditoria

12.3.1 Inspeções Extrajudiciais

A Auditoria da CGJ realizou 338 inspeções, nas serventias extrajudiciais da Capital e do Interior do Ceará, correspondendo na cobertura de 49,71% dos 680 cartórios ativos. Nesse trabalho, verificou-se, dentre outras atribuições, a regularidade do repasse das custas extrajudiciais do Fermoju pelos delegatários ao TJCE e a conformidade dos procedimentos adotados na prestação do serviço notarial e de registro; bem como a regularidade da atividade e o cumprimento das obrigações legais. Sempre orientando e conduzindo o responsável às medidas corretivas necessárias.

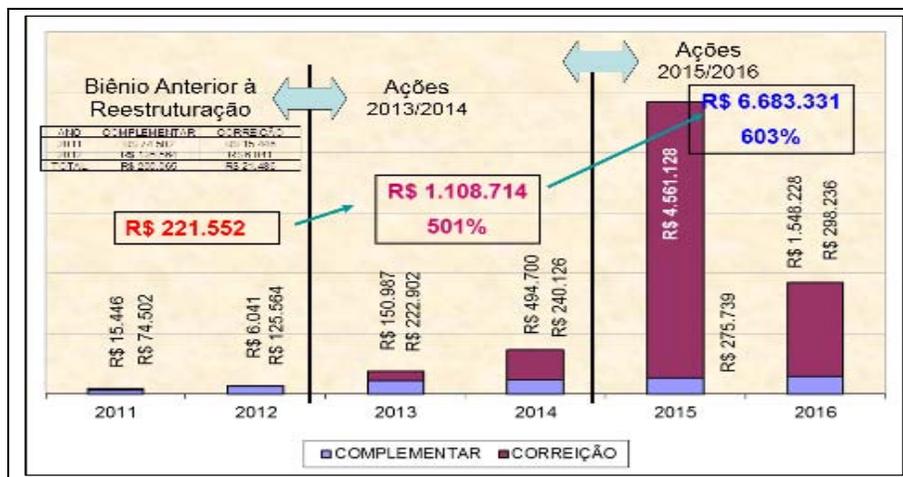
12.3.2 Retorno para o TJCE das Verbas do Fermoju

Em decorrência das ações implantadas pela Auditoria da Corregedoria no processo de fiscalização dos cartórios, em especial às verbas relativas a atos praticados sem o devido repasse das custas do Fermoju, foi detectado como devido ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a importância de R\$ 4.836.866,60 em 2015 e R\$ 1.846.464,30 em 2016, até o 8º ciclo. Saliente-se que falta consolidar os valores identificados nas serventias inspecionadas no 9º ciclo de 2016, conforme evolução demonstrada no gráfico a seguir nos três últimos biênios:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Figura 11 - Retorno para o TJCE das Verbas do Fermoju



Fonte: Sistema Sisguia *On-line*

Informação: Complementar - Recolhimento relativo aos atos não informados que necessitam de selos. Correição - Recolhimento relativo aos atos não informados que não necessitam de selos.

12.3.3 Outras Atividades de Rotina Realizadas pela Auditoria da CGJ

Além do planejamento das inspeções extrajudiciais, execução, finalização com a produção de relatórios, o acompanhamento da regularidade das ocorrências verificadas e recomendação de apuração de caráter disciplinar quando ensejado, foram realizadas pela Auditoria da CGJ as seguintes atividades sistemáticas no biênio 2015-2016:

- Assessoramento nos processos administrativos que tramitam na CGJ e outras demandas, referentes ao serviço notarial e de registro, sendo produzidas as seguintes peças e documentos:

Tabela 93 – Peças e documentos

Ano	Informações	Relatórios	Ofícios	Memorandos	Pareceres	Total Geral
2015	661	175	160	45	-	1.041
2016	737	159	181	81	1	1.159

Fonte: Corregedoria-Geral da Justiça

- Acompanhamento e controle acerca do cumprimento de obrigações acessórias pelos cartórios, como: prestação de informação sobre aquisições de imóveis rurais por pessoas estrangeiras; prestação de contas dos cartórios sob intervenção;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

atualização das informações no Sistema Justiça Aberta do CNJ e acompanhamento dos *status* de vacância das serventias, para fins de comunicação da necessidade de realização de concurso público à Presidência do Tribunal de Justiça;

- iii. Atendimento de magistrados, cartorários e cidadãos que procuram à CGJ/CE pessoalmente, por telefone ou por endereço eletrônico da Corregedoria, acerca de dúvidas sobre a prática, o controle e a fiscalização no serviço notarial e de registros.

12.4 Modernização e Gestão de Tecnologia da Informação

12.4.1 Implantação do Sistema Eficiência.jus

Por meio da implantação do sistema Eficiência.jus, a Corregedoria pretende mudar o método de acompanhamento da produtividade dos magistrados e das unidades judiciárias.

O sistema é resultado de uma parceria entre a Corregedoria, a Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE com o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (Uece). A ferramenta disponibilizará à CGJ relatórios gerenciais por unidade, por comarca, por competência e por entrância, a partir de gráficos de evolução e tabelas, onde poderão ser extraídos desses documentos subsídios para avaliação de fluxo processual, estoque e produção do juiz e sua unidade.

O sistema Eficiência.jus tem por base a metodologia Análise Envoltória de Dados (DEA), que permite a comparação entre as unidades produtivas que utilizam os mesmos tipos de insumos para a obtenção de bens e serviços, gerando índices de eficiência relativa. Isso facilitará o diagnóstico, por parte da gestão do Judiciário, de onde será preciso implementar melhorias e o que pode ser tomado como modelo para as demais estruturas.

Em agosto de 2016, o Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto apresentou a nova ferramenta no 4º Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicação no Judiciário, em Aracaju - Sergipe, juntamente com o diretor do Departamento de Informações Gerenciais da Secretaria de Planejamento do Tribunal de Justiça do Ceará, Sérgio Mendes de Oliveira.

Em outubro de 2016, foi iniciada a implantação do referido sistema, que atualmente encontra-se na fase de validação dos dados recebidos do SGEC, que deve ser concluída até



dezembro do corrente ano. A expectativa é que em janeiro de 2017 o sistema esteja em pleno funcionamento.

12.5 Otimização de Procedimentos

12.5.1 Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria

Em junho de 2015, foi instituído, pelo Corregedor-Geral da Justiça, um Grupo de Trabalho para a elaboração do Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). Os trabalhos foram desenvolvidos sob a coordenação do Juiz Corregedor Auxiliar Demétrio Saker Neto, objetivando conferir maior eficiência operacional e efetividade às ações prestadas, por meio da racionalização e padronização das rotinas e procedimentos internos.

O manual de rotinas apresentou as orientações básicas para o desenvolvimento dos principais fluxos de trabalho realizados na CGJ, descrevendo-as passo a passo, inclusive, por meio de fixação de roteiro. O documento é um material de consulta para os servidores que executam as ações.

O Grupo de Trabalho que elaborou o material foi composto pelas servidoras Aruza Albuquerque de Macedo (assessora jurídica); Márcia Aurélio Viana Paiva (auditora); Rafaella Lopes Ferreira (diretora-geral da Corregedoria); Flávia Cavalcante Dantas (analista judiciária) e Raonya Oliveira Barreto (chefe de Serviços de Processos Administrativos).

Foram mapeados 9 fluxos: certidão – magistrado, consulta, vitaliciedade, declaração de bens – magistrado, sindicância, relatório inspeção judicial, representação, pedido de providências e promoção/remoção/acesso.

O Manual de Procedimentos Internos da CGJ está disponível no portal da CGJ (*corregedoria.tjce.jus.br*).

12.6 Comunicação

12.6.1 Novo portal da Corregedoria-Geral da Justiça

O novo *site* da Corregedoria-Geral da Justiça foi disponibilizado para os usuários da Justiça,



juízes e cartorários em fevereiro de 2016. O portal conta com uma área exclusivamente direcionada ao serviço extrajudicial, na qual é possível acessar documentos diversos, identificar endereços e telefones dos cartórios, além de facilitar o acesso aos sistemas Justiça Aberta, Malote Digital, Portal Extrajudicial (PEX), Sisguia Extrajudicial e Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, de forma ágil, com um *layout* dinâmico.

Outra ferramenta desenvolvida foi a identificação das notícias por meio do “QR Code”. Um código vai ser gerado automaticamente quando uma publicação for feita e, a partir daí, os internautas poderão utilizar dispositivos móveis para fazer a leitura do “QR Code”, compartilhar notícias por *smartphones* ou simplesmente optar por ler as matérias em seus dispositivos.

A mudança organizou também o conteúdo de forma mais clara e objetiva aos usuários, cartorários e jurisdicionados. O novo *site* foi desenvolvido conjuntamente pelas equipes da Corregedoria-Geral da Justiça e Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

12.7 Ações e Projetos Setoriais

12.7.1 Projetos da Corregedoria Nacional da Justiça

12.7.1.1 Projeto “Pai Presente”

O Projeto Pai Presente, coordenado pela Corregedoria Nacional de Justiça, objetiva estimular o reconhecimento de paternidade de pessoas sem esse registro. A declaração de paternidade pode ser feita espontaneamente pelo pai ou solicitada por mãe e filho. Em ambos os casos, é preciso comparecer ao cartório de registro civil mais próximo para dar início ao processo.

O reconhecimento de paternidade foi facilitado pelo Provimento nº 16 da Corregedoria Nacional de Justiça, que institui um conjunto de regras e procedimentos para agilizar esse tipo de demanda.

A iniciativa busca aproveitar os 7.324 cartórios com competência para registro civil do país, existentes em muitas localidades onde não há unidade da Justiça ou postos do Ministério Público (MP), para dar início ao reconhecimento de paternidade tardia. A partir da indicação do suposto pai, feita pela mãe ou filho maior de 18 anos, as informações são encaminhadas ao juiz



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

responsável. Este, por sua vez, vai localizar e intimar o suposto pai para que se manifeste quanto à paternidade, ou tomar as providências necessárias para dar início à ação investigatória.

Caso o reconhecimento espontâneo seja feito com a presença da mãe (no caso de menores de 18 anos) e no cartório onde o filho foi registrado, a família poderá obter na hora o novo documento.

No âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, o projeto foi coordenado pela Juíza Corregedora Auxiliar Roberta Ponte Marques Maia. Foram realizadas as seguintes ações: expedição de ofício aos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Fortaleza/CE, para que encaminhassem a esta Corregedoria-Geral a relação de registros de nascimento apenas com a maternidade reconhecida, lavrados nos últimos 5 anos. Em seguida, foi determinada a expedição de ofício dirigido à Secretaria Municipal de Educação a fim de que encaminhassem a esta Casa a relação de alunos matriculados na rede municipal de ensino que não tivessem declarada a paternidade no Registro Civil. Na ocasião foi informado que mais de 11 mil alunos não possuíam paternidade declarada.

Diante desse grande contingente de crianças/adolescentes sem o devido registro do pai na Certidão de Nascimento, a Corregedoria-Geral da Justiça verificou a necessidade de realizar o I Mutirão do Projeto Pai Presente a fim de divulgar e estimular o reconhecimento voluntário de paternidade na Comarca de Fortaleza.

A primeira etapa do I Mutirão do Projeto Pai Presente, nos termos da Portaria nº 12/2016/CGJCE, foi realizada entre os dias 16 a 27 de maio do corrente ano, no Fórum Clóvis Beviláqua, com a participação das Juízas de Direito Titulares das Varas de Registro Público de Fortaleza, com o apoio da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da Universidade Fanor DeVry. Foram realizados 75 reconhecimentos voluntários de paternidade.

Concomitantemente à realização do I Mutirão da Comarca de Fortaleza, esta Corregedoria-Geral expediu a Portaria nº 16/2016-CGJCE, instituindo a mobilização do Projeto Pai Presente nas Escolas Municipais da Comarca de Fortaleza, abrangendo os 6 distritos do município, nos bairros Jangurussu, Barra do Ceará, Aerolândia, Rodolfo Teófilo, Itaperi e Bom Jardim. Nesse momento, foram garantidos 112 reconhecimentos voluntários de paternidade e realizados, pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará (Lacen), 33 exames de DNA.

A segunda etapa do I Mutirão do Projeto Pai Presente e a primeira etapa do II Mutirão do Projeto Pai Presente, nos termos da Portaria nº 25/2016/CGJCE, também aconteceram dos dias



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

18 a 29 de julho do corrente ano, no Fórum Clóvis Beviláqua. Nessa oportunidade, foram realizadas 221 audiências de mediação, 100 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará - Lacen) e 63 reconhecimentos voluntários de paternidade.

A segunda etapa do II Mutirão do Projeto Pai Presente aconteceu dos dias 19 a 28 de setembro do corrente ano, no Cejusc (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania), no Fórum Clóvis Beviláqua. Na ocasião, foram realizadas 164 audiências de mediação. Durante a ação, ocorreu um primeiro atendimento aos pais e foram garantidos 33 reconhecimentos voluntários de paternidade, bem como 37 exames de DNA realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen.

Importante destacar, também, a realização do I Mutirão do Projeto Pai Presente na Comarca de Pacatuba, nos termos da Portaria 18/2016/CGJCE. Na 1ª Vara da Comarca de Pacatuba, foram realizadas 10 audiências de mediação, 2 reconhecimentos voluntários de paternidade e 6 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen). Na 2ª Vara da Comarca de Pacatuba, foram realizadas 3 audiências de mediação, 1 reconhecimento voluntário de paternidade e 2 exames de DNA (Laboratório Central de Saúde Pública do Ceará – Lacen).

12.7.1.2 Erradicação do Sub-Registro de Nascimento

O Programa de Erradicação do Sub-Registro de Nascimento foi implementado em 2010, e já emitiu mais de 50.300 certidões de nascimento no Ceará. O programa permite que as certidões de nascimento sejam emitidas na própria unidade de saúde onde o parto aconteceu. No Estado, esse serviço está disponível nas maternidades de mais de 20 comarcas do Interior e nas principais de Fortaleza. Na lista da Capital estão: Gastroclínica, Unimed, Antônio Prudente, Hospital Geral (HGF) e Dr. César Cals de Oliveira.

O programa consiste na utilização de sistema informatizado interligando maternidades e cartórios de Registro Civil. Todos os cartórios de Registro Civil de Fortaleza ofertam o serviço. Na Corregedoria-Geral da Justiça o programa foi coordenado pelo Juiz Corregedor Auxiliar Demetrio Saker Neto.

No ano de 2016, em parceria com o Ministério Público estadual, a Secretaria de Educação do Município de Fortaleza e a Associação de Registradores de Pessoas Naturais do Ceará (Arpen-CE), por meio dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais, foram realizados



mutirões nas escolas da Capital, contemplando os 6 distritos nos quais o Município de Fortaleza se divide, onde foram emitidos 12 registros de nascimento.

12.7.1.3 Justiça Plena

O Programa Justiça Plena monitora e dá transparência ao andamento de processos de grande repercussão social. Lançada pela Corregedoria Nacional de Justiça em novembro de 2010, a iniciativa apoia a gestão dessas causas, relacionadas a questões criminais, ações civis públicas, ações populares, processos em defesa do direito do consumidor e ambientais. Os trabalhos são coordenados pela Corregedoria Nacional de Justiça e pelas Corregedorias dos Tribunais de Justiça dos Estados.

O programa conta com a parceria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Ministério da Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ordem dos Advogados do Brasil e Associações de Magistrados.

No início de 2015, estavam sendo monitorados 24 processos. O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva, e a coordenadora do programa no Ceará, Juíza Corregedora Auxiliar, Mirian Porto Mota Randal Pompeu, realizaram diversas reuniões com os magistrados responsáveis pelos processos monitorados. O objetivo foi acompanhar e dar apoio administrativo à gestão dos feitos, de modo que ao final de 2016, o quantitativo de processos monitorados foi reduzido para 19 ações.

12.7.1.4 Outros Projetos e Ações

Durante a gestão 2015-2016, a CGJ-CE participou também das seguintes iniciativas:

- i. Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, que visa desenvolver iniciativas com o fim de atender à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, conforme Resolução 194 do CNJ;
- ii. Núcleo de Cooperação Judiciária do Poder Judiciário cearense, que tem como objetivo dar mais fluidez e agilidade à comunicação entre os órgãos judiciários e outros operadores sujeitos do processo, não só para cumprimento de atos judiciais, mas também para harmonização e agilização de rotinas e procedimentos forenses,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- fomentando a participação dos magistrados de todas as instâncias na gestão judiciária;
- iii. Comissão para analisar os dados coletados pela Auditoria da CGJCE e apresentar sugestões para subsidiar a realização de concurso público para outorga de delegação às serventias extrajudiciais vagas no Estado (Portaria nº 27/2016 - CGJCE, DJe de 25 de julho de 2016);
 - iv. Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento de Processos Judiciais de Fortaleza, que visou priorizar os processos enquadrados nas Metas Nacionais estabelecidas pelo CNJ, orientando que fosse utilizado o Manual de Baixas Processuais;
 - v. Participação no Grupo de Trabalho responsável pelas atividades do Programa “Integra”, que tem como objetivo aperfeiçoar a integração de informações do sistema de Justiça Criminal entre o Poder Judiciário e a Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), e a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Poder Executivo), oriundo do Convênio de Cooperação Técnica nº 20/2011 (Portaria nº 1169/2015, DJe de 20 de maio de 2015);
 - vi. Grupo de Trabalho para Implantação do Sistema de Videoconferência (Portaria nº 1265/2016, Presidência TJCE, DJe de 25 de julho de 2016);
 - vii. Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense (Portaria nº 1376/2015, Presidência TJCE, DJe de 17 de junho de 2015)
 - viii. Representação da Corregedoria na Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE;
 - ix. Representação da Corregedoria quanto à Gestão de metas institucionais do Plano Estratégico do TJCE;
 - x. Grupo de Trabalho com a atribuição de atuar diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e portadores das doenças graves (Portaria nº 38/2016/CGJCE, DJe de 26 de setembro de 2016);
 - xi. Comitê Gestor de Segurança da Informação (Portaria nº 353, de 28 de março de 2016, atribuições de caráter normativo, consultivo e fiscalizador);



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- xii. Comissão Permanente de Acessibilidade (Portaria nº 1896/2016, DJe de 27 de novembro de 2016);
- xiii. Comissão para avaliar a necessidade dos livros obrigatórios das Secretarias das Varas com sistema informatizado (Portaria nº 41/2016, DJe de 7 de outubro de 2016);
- xiv. Comissão para atualização do Manual de Rotinas do Procedimento Cível Comum Ordinário, bem como para elaboração do Manual de Procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Portaria nº 37/2016, DJe de 13 de setembro de 2016).

12.7.2 Produção Normativa

No exercício da função de orientação, a Corregedoria-Geral do Estado do Ceará, durante o biênio 2015-2016, publicou os seguintes provimentos:

Ano de 2015:

- i. Provimento nº 1/2015 – Regula a aplicação do Convênio de Cooperação Técnica nº 185/2014, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Universidade de Fortaleza (Unifor). Publicado no DJe, de 14 de janeiro de 2015 (págs. 35-36);
- ii. Provimento nº 2/2015 – Altera a Seção VI, do Capítulo V, do Título V, e dá nova redação ao art. 454, ambos do Provimento nº 8, de 2014, expedido pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Ceará. Publicado no DJe, de 15 de janeiro de 2015 (pág. 13);
- iii. Provimento nº 3/2015 – Orienta o preenchimento dos dados estatísticos junto ao Sistema de Gerenciamento de Estatística da Corregedoria – SGEC, inclui nos formulários Foro Criminal Novo e Infância e Juventude Novo, respectivamente, itens para registro do “Total de sentenças de extinção da punibilidade por prescrição” e “Total das sentenças de prescrição da pretensão socioeducativa”, bem como, dá outras providências. Publicado no DJe, de 30 de janeiro de 2015 (págs. 30-55);
- iv. Provimento nº 4/2015 - Atualiza formulários Fiva e Ficovi. Publicado no DJe, de 23



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- de fevereiro de 2015 (págs. 37 - 74);
- v. Provimento nº 5/2015 – Dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de Informações de Protestos - CERINFO. Publicado no DJe, de 23 de junho de 2015 (págs. 20 – 22);
- vi. Provimento nº 6/2015 – Altera o artigo 333 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral no Estado do Ceará - Provimento nº 08/2014/CGJ-CE. Publicado no DJe, de 20 de julho de 2015 (págs. 7 – 8);
- vii. Provimento nº 7/2015 – Acrescenta o primeiro parágrafo ao artigo 190 do Código de Normas do Serviço Notarial e Registral do Estado do Ceará, relativo à lavratura de registro e emissão de certidão de óbito nos estabelecimentos de saúde em que ocorra o falecimento e Institutos Médicos Legais. Publicado no DJe, de 25 de agosto de 2015 (pág. 11);
- viii. Provimento nº 8/2015 – Altera os parágrafos 1º, 3º e 4º do Art. 3º e o parágrafo 1º do Art. 5º do Provimento nº 05/2015, que dispõe sobre a instituição, gestão e funcionamento da Central de informações de Protestos - CERINFO. Publicado no DJe, de 17 de setembro de 2015 (pág.12);
- ix. Provimento nº 9/2015 - Altera o art. 4º do Provimento nº 06/2008, que dispõe sobre a autorização judicial para utilização de cadáveres não reclamados, para efeitos de estudos e pesquisas na forma da Lei nº 8.501/92. Publicado no DJe, de 2 de outubro de 2015 (pág.13);
- x. Provimento nº 10/2015 – Institui a medalha Desembargador Carlos Facundo, atribuída aos Juizes de Direito do Estado do Ceará, como forma de premiar aqueles que se destacam, durante o ano, na Prestação Jurisdicional. Publicado no DJe, de 25 de novembro de 2015 (págs. 30 – 31);
- xi. Provimento nº 11/2015 – Dispõe sobre o envio do Relatório Estatístico Mensal por parte do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza - Vara Única Privativa de Audiências de Custódia e dá outras providências. Publicado no DJe, de 1º de dezembro de 2015 (págs. 17 – 20);
- xii. Provimento nº 12/2015 – Regulamenta o procedimento de inspeção judicial anual no âmbito das Unidades Judiciárias de primeira instância, vinculadas ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para os fins do art. 56, da Lei nº



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

12.342/1994 (Código de Organização Judiciária) e da Recomendação CNJ nº 12/2013. Publicado no DJe, de 30 de novembro de 2015 (págs. 18 – 20);

- xiii. Provimento nº 13/2015 – Regulamenta o procedimento de inspeção extrajudicial ordinária anual no âmbito das unidades extrajudiciais do Estado de Ceará, pelos Juízes Corregedores Permanentes. Publicado no DJe, de 18 de dezembro de 2015 (págs. 41 - 64) - ADENDO Publicado no DJe, de 29 de junho de 2016 (pág. 14).

Ano de 2016:

- i. Provimento nº 01/2016 – Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação. Publicado no DJe, de 13 de janeiro de 2016 (págs. 35 – 36);
- ii. Provimento nº 2/2016 – Dispõe sobre o procedimento referente a registro e autuação de processos disciplinados pela Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), nas Comarcas do Estado do Ceará. Publicado no DJe, de 3 de fevereiro de 2016 (pág. 16);
- iii. Provimento nº 3/2016 – Altera o Código de Normas Notarial e Registral do Ceará (CNNR) - Provimento nº 08/2014-CGJ/CE, sobre o reconhecimento da usucapião extrajudicial e seus procedimentos. Publicado no DJe, de 2 de agosto de 2016 (págs. 13 – 20);
- iv. Provimento nº 4/2016 – Dispõe sobre a prioridade na tramitação de processos e dá outras providências. Publicado no DJe, de 23 de agosto de 2016 (págs. 5 - 6);
- v. Provimento nº 5/2016 – Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências. Publicado no DJe, de 12 de setembro de 2016 (págs. 18 – 19);
- vi. Provimento nº 6/2016 – Altera o Código de Normas Notarial e Registral - Provimento nº 08/2014-CGJ/CE, estabelecendo procedimento extrajudicial para Registro da Alienação Fiduciária de Bens Imóveis da Propriedade em nome do Fiduciário. Publicado no DJe, de 13 de setembro de 2016 (págs. 11 – 16);



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- vii. Provimento nº 7/2016 – Altera o artigo 10º e institui o artigo 11 do Provimento nº 03/2015, desta Corregedoria, bem como dá outras providências. Publicado no DJe, de 29 de setembro de 2016 (págs. 05 – 06);
- viii. Provimento nº 8/2016 – Dispõe sobre o registro de certidão de óbito realizado pelos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais no Serviço de Verificação de Óbito - SVO no Município de Fortaleza. Publicado no DJe, de 5 de outubro de 2016 (págs. 22 – 23);
- ix. Provimento nº 9/2016 – Altera o § 1º do Art. 59 do Provimento nº 08/2014 - Código de Normas Notarial e Registral do Estado do Ceará - para excluir a obrigatoriedade de inscrição no Livro "E" das sentenças que decretem a separação judicial e o divórcio. Publicado no DJe, de 3 de novembro de 2016 (págs. 22 – 23).

12.8 Acompanhamento da Instauração de Procedimentos Administrativos Disciplinar no Estado contra Servidores, Notários e Registradores

Por intermédio do Ofício Circular nº 173/2016/CGJCE, foi solicitado a todas as unidades judiciárias do Estado que nos informasse a quantidade de sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra servidores, notários e registradores em tramitação.

Desta forma, com as respostas recebidas até novembro de 2016, contabilizamos nas Comarcas do Interior o total de 126, destes sendo 34 procedimentos em desfavor de servidores e 92 em face de cartorários.

No tocante aos dados da Capital, tramitam atualmente 14 sindicâncias e processos administrativos disciplinares.

12.9 Acompanhamento da Formação de Colegiados

Trata-se de medida destinada à proteção dos magistrados no exercício da competência criminal, sobretudo em casos de ameaças ou riscos decorrentes da atividade jurisdicional relacionada a processos e procedimentos envolvendo crimes praticados por organizações criminosas.

Considerando o teor da Resolução nº 04/2014 do Órgão Especial, compete a



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Corregedoria-Geral da Justiça analisar, bem como operacionalizar as solicitações referentes à formação de colegiados.

Durante a gestão 2015-2016, foram formados 7 colegiados, quais sejam, Vara Única de Jaguaratama, 2ª Vara da Comarca de Granja, 2ª Vara da Comarca de Russas, 3ª Vara Criminal da Comarca de Maracanaú, 1ª Vara do Juri da Comarca de Fortaleza, 2ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia e 2ª Vara da Comarca de Iguatu.

13. OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

A Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará, instituída pela Resolução nº 23, publicada em 25 de agosto de 2004, tem como atual gestor o Excelentíssimo Desembargador Francisco Gomes de Moura, que assumiu regularmente suas funções a partir de 27 de julho de 2015, conforme Portaria nº 1.626/2015, de 22 de julho de 2015.

A Ouvidoria hodiernamente se constitui nos “olhos e ouvidos da sociedade”, prestando relevantes serviços no sentido de dirimir ou esclarecer os mais variados questionamentos levantados pelos usuários do Poder Judiciário, garantindo transparência e visibilidade às suas ações, bem como buscando estreitar os laços entre a sociedade e o Tribunal de Justiça no que concerne à otimização da prestação jurisdicional no âmbito do aludido Órgão.

A Ouvidoria não dispõe de poder correicional, não interfere e nem substitui as atribuições da Corregedoria, mas tem se tornado um importante canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário e representa um espaço de efetiva construção da cidadania, ambiente de diálogo direto e personalizado com os demandantes, ou seja, promovendo ações que visem à melhoria contínua do atendimento às demandas, colaborando na tomada de decisão destinada a simplificar e modernizar os processos de entrega da Justiça, bem como elevando os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário.

A Ouvidoria passa, portanto, na elaboração de seus trabalhos, a ser o próprio termômetro relativo à eficiência da prestação dos serviços jurisdicionais, sendo atuante e operante no que se propõe, por meio dos seus objetivos, os quais se destacam: receber as reclamações, críticas, elogios, sugestões ou pedidos de informação que lhes são demandados e, quando cabível, realizar o encaminhamento aos órgãos competentes; garantir, a todos quantos a procurem, o retorno



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

das providências adotadas a partir da sua intervenção e dos resultados alcançados, sugerindo medidas para o aprimoramento da prestação dos serviços jurisdicionais, com base nas demandas que lhes são prepostas, bem como por meio da realização de pesquisas de satisfação.

Durante a gestão do Desembargador Raimundo Nonato Silva Santos, de fevereiro a julho de 2015, verificou-se, dentre as demandas, o elevado número de manifestações por *e-mail* e WhatsApp. Na gestão do atual Ouvidor, as demandas de maior número são as recebidas por *e-mail* e telefone, conforme a evolução dos quadros estatísticos comparativos mensais abaixo:

Tabela 94 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria – 2015

Forma de Recebimento	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
<i>E-mail</i>	356	513	363	361	346	512	320	340	352	350	297	4.110
Correio	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	3
Presencial	3	5	3	3	6	2	2	4	7	6	2	43
Telefone	9	7	12	91	88	103	143	115	108	137	140	953
WhatsApp	0	53	111	114	126	141	106	0	0	0	0	651
CPA	6	15	48	29	35	0	0	0	0	0	0	133
Sistema	0	16	26	24	5	7	20	19	31	30	19	197
<i>E-mail ouvidoria Mulher</i>	0	0	3	7	12	5	6	11	11	8	5	68
Total Manifestação	374	609	566	629	618	771	598	490	509	531	463	6.158
Reclamações	139	219	161	412	213	175	167	156	210	183	187	2.222
Sugestões	0	1	1	1	3	1	0	0	3	2	3	15
Elogios	0	5	1	2	0	7	0	2	2	0	1	20
Críticas	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3
Informações	134	127	246	72	228	308	236	178	148	206	158	2.041
Outros	85	215	120	113	141	236	135	138	124	115	104	1.526
Agradecimento	14	41	35	24	30	40	33	15	18	19	9	278
Denúncia	2	1	2	4	3	4	1	0	4	5	1	27
Total	374	609	566	629	618	771	598	490	509	531	463	6.158

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Tabela 95 – Manifestações recebidas pela Ouvidoria - 2016

Forma de Recebimento	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
<i>E-mail</i>	348	412	420	436	370	448	391	367	458	349	386	230	4.615
Correio	1	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	5
Presencial	5	2	8	6	0	2	3	9	1	3	2	1	42
Telefone	110	122	190	193	174	193	182	167	160	167	150	90	1.898



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Sistema	18	26	34	38	23	36	33	24	27	18	34	13	324
FAX	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total Manifestação	482	562	653	675	567	680	609	568	646	537	572	343	6.894
Reclamações	180	203	268	256	248	242	225	232	199	205	230	120	2.608
Sugestões	3	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	5
Elogios	0	0	0	1	1	2	0	3	0	0	0	0	7
Críticas	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
Informações	175	144	183	190	165	216	179	185	159	167	155	102	2.020
Outros	103	186	179	193	134	182	174	131	269	147	161	115	1.974
Agradecimento	15	17	17	34	17	27	29	15	14	12	18	4	219
Denúncia	6	12	4	1	2	10	2	2	4	6	7	2	58
Total	482	562	653	675	567	680	609	568	646	537	572	343	6.894

Fonte: Ouvidoria do Poder Judiciário

Durante esse período, 13.052 pessoas mantiveram contato com a Ouvidoria. Diante de uma análise comparativa em percentual com relação ao total das manifestações recebidas, verificamos que durante o período em tela, obtivemos 37,10% de reclamações, 0,15% de sugestões, 0,20% de elogios, 0,05% de crítica, 31,12% de pedidos de informações, 0,65% de denúncias, 26,82% de manifestações diversas e 3,80% de agradecimentos.

Dentre os diversos assuntos abordados, as reclamações geralmente dizem respeito à morosidade no andamento processual em primeira e segunda instância. No tocante aos pedidos de informação, são evidenciados, dentre outros, a consulta processual, expedição de segunda via de registro cartorário, como certidão de nascimento, custas processuais, valores de custas, emissão de certidões negativas, edital de concurso, endereços cartorários e estágios.

Vale ressaltar que além do recebimento dessas demandas, a Ouvidoria tem como projeto a elaboração de um Manual de Atendimento ao Jurisdicionado, em parceria com a Seplag e o Telejustiça, visando aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça.

Na atual gestão, foram realizadas audiências públicas em todas as 9 Zonas Judiciárias, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª/8ª e 9ª, respectivamente nas cidades de Juazeiro do Norte (10/7/2015), Iguatu (30/11/2016), Quixadá (12/11/2015), Limoeiro do Norte (28/7/2016), Fortaleza (11/12/2015), Itapipoca (10/11/2016), Sobral (18/9/2015) e Crateús (3/3/2016).



13.1 Outras Atividades

Dentre as várias atribuições desempenhadas pelo Desembargador Ouvidor nesta Ouvidoria podemos citar a realização de audiências públicas, palestras no Tribunal de Justiça, participação em Seminários Estaduais e Nacionais, o atendimento à Lei nº 12.527, Lei de Acesso à Informação – LAI, de 18 de novembro de 2011, onde o TJCE instituiu o Serviço de Informação ao Cidadão por meio da Portaria nº 980/2012, implantado, de igual modo, por intermédio do Provimento nº 20, de 13 de junho de 2012.

Podemos citar também a elaboração de campanhas de divulgação das atividades da Ouvidoria por meio de cartazes e fôlderes; o recebimento de pedidos de informações de cunho geral e o repasse, quando possível, aos órgãos competentes; a coordenação dos trabalhos de Grupo de Auxílio ao Atendimento à Lei de Acesso à Informação; a participação na elaboração do novo portal da Ouvidoria juntamente com o setor da informática, viabilizando o acesso à Ouvidoria e aos trabalhos do SIC; e adesão ao projeto do CNJ para capacitação dos servidores da Ouvidoria, no sentido de orientar os demandados a buscarem os meios consensuais de solução de conflitos e conciliação (nos termos do Ofício nº 1.003/2016- GAPRES).

Vale destacar, que no mês de outubro do ano em curso, por ocasião dos 12 anos da Ouvidoria do Poder Judiciário, foi realizada uma palestra com o tema “A Importância da Ouvidoria Judiciária na Eficiência da Prestação Jurisdicional”, ministrada pela Jornalista Adísia Sá. Com o objetivo de dar visibilidade e transparência às atividades da Ouvidoria do TJCE, elabora-se uma estatística mensal.

No tocante a sua estrutura funcional, a Ouvidoria do Poder Judiciário é composta atualmente por um Desembargador Ouvidor, três servidoras do quadro, um coordenador de cargo comissionado, uma servidora à disposição e uma estagiária, sendo perceptível o comprometimento de todos com a sociedade por meio do pronto atendimento aos jurisdicionados que procuram seus serviços, objetivando amenizar conflitos no âmbito do Poder Judiciário.



14. ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Atuaram como Diretores da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec), no biênio 2015-2016, os desembargadores Paulo Francisco Banhos Ponte (de fevereiro de 2015 a abril de 2016, tendo como Coordenador-Geral o juiz Alúcio Gurgel do Amaral Júnior) e Heráclito Vieira de Sousa Neto (de junho de 2016 a janeiro de 2017, atuando como Coordenador-Geral o juiz Marcelo Roseno de Oliveira).

Durante a gestão dos dois desembargadores, a Escola apresentou um significativo avanço em suas atividades pedagógicas e administrativas, com destaque para a implantação do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, fruto de parceria com a Uece; a oferta de três novos cursos de Especialização, além da realização do V Curso de Formação Inicial de Magistrados.

Ao longo de 2016, a Escola comemorou três décadas de criação. Para marcar esta passagem, a Esmec desenvolveu atividades voltadas para a reafirmação de sua importância para os que fazem a Justiça do Estado do Ceará. As principais ações foram: entrega da Medalha Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra para sete personalidades que vêm colaborando com a excelência da Instituição; edição especial da Revista Themis, lançada em dezembro de 2016; e realização do V Encontro da Magistratura Cearense, em parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM), de 8 a 10 de dezembro de 2016, constante de palestras e atividades culturais.

A Esmec intensificou ações de responsabilidade socioambiental, bem como a política de parceria interinstitucional, materializada em vários convênios assinados e na presença marcante na Rede Estadual de Escola de Governo do Ceará, da qual o Diretor da Esmec, desembargador Paulo Ponte, chegou a ser o Coordenador-Geral, oportunidade em que reestruturou o Plano Estratégico daquela entidade, que congrega 14 escolas de governo.

Em 2016, foi implantado o Grupo de Pesquisa Dimensões do Conhecimento do Poder Judiciário, que realizou 12 reuniões, a cargo de professores convidados, com claro fomento da atividade de pesquisa a que a Escola deve estar voltada.

A Esmec promoveu também vários cursos de aperfeiçoamento, seminários, palestras, lançamento de livros e outras atividades, em sua sede e nos Polos de Aprendizagem, que serão apresentados, resumidamente, no presente Relatório.



14.1 Gestão de pessoas

A Esmec vem incentivando a formação continuada de seus colaboradores, por meio de cursos presenciais ou a distância (EaD), ofertados pela própria Instituição ou por parceiros. No biênio, os servidores receberam treinamento de técnicos da Setin-TJCE para operacionalização do sistema Sesmec (de 28 de setembro a 1º de outubro de 2015).

Todos os servidores detentores de cargo de chefia na Esmec participaram, em 2016, do Programa de Desenvolvimento de Gestores (PDG), organizado pela Divisão de Educação Corporativa do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE).

Além das capacitações, a Direção da Escola propiciou um ambiente favorável ao desempenho laboral, a partir do atendimento das necessidades materiais (mobiliário, equipamentos de informática, acesso à internet e ferramentas/programas utilizados na otimização dos serviços, material de expediente etc.) e do apoio operacional ao seu corpo funcional.

14.2 Gestão financeira e orçamentária

A Esmec não atua, isoladamente, como ordenadora de despesas, sendo seus gastos efetivados a partir de recursos do Fermoju ou previstos no orçamento anual do TJCE. A Lei nº 15.833/15, que trata da reforma administrativa do TJCE, estabeleceu que a Esmec poderá obter recursos externos de assistência técnica e financeira para desenvolver sua programação, bem como estabelecer taxas de inscrição e custeio de cursos, seminários etc., cujos recursos serão arrecadados pelo Fermoju.

14.3 Gestão estratégica

Foi elaborado um Plano Estratégico da Esmec, para o biênio 2016-2017, sob a orientação da professora Regina Estela Benevides de Lima (Analista de Gestão de Tecnologia da Informação e colaboradora da GesPública, da Seplag/CE). A construção do plano foi iniciada em janeiro e concluída em maio de 2016, quando foram definidos o alinhamento estratégico (missão, visão, valores etc.) da Escola, os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores, além dos planos de ação para o biênio.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

O documento foi submetido, no final de 2016, à consideração da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE e, após revisões e adequações, estará apto a ser implantado a partir de 2017.

14.4 Modernização e gestão de tecnologia da informação

14.4.1 Modernização do auditório

O auditório Des. José Maria de Queirós, da Esmec, vem passando por reformas e modernização de suas instalações. Entre o final de 2015 e início de 2016, o equipamento recebeu as seguintes benfeitorias: substituição da mesa de som, aquisição de caixas de som, restauração do amplificador, novos microfones de mesa, nova mesa de honra (bancada móvel) e pintura de paredes internas. Ressalte-se que muitas dessas melhorias foram feitas mediante doações, o que não implicou em quaisquer custos para a Escola ou para o Tribunal.

14.4.2 Tecnologia da informação

A Escola não possui um responsável pela gestão de TI. Os problemas surgidos nos equipamentos e no acesso à rede, bem como as necessidades da Esmec na área, são atendidos pelo pessoal da Cati ou diretamente pela Setin-TJCE.

14.5 Otimização de procedimentos

14.5.1 Implantação do sistema de virtualização das rotinas acadêmicas da Esmec (Sesmec)

O sistema começou a ser operado no final de 2015, e tem por objetivo agilizar os serviços na Secretaria Executiva e Assessoria Pedagógica, reduzindo a utilização de papel e permitindo acessar registros e promover resgates (muito mais seguros e céleres) de notas, frequências e demais dados dos corpos docente e discente da Instituição.



14.5.2 Cadastro de professores

Com vistas a facilitar a contratação direta de docentes que não integram os quadros do Judiciário (colaboradores externos), de alto nível e notória especialização, que possam contribuir ministrando aulas nos cursos da Esmec, a Instituição, em cumprimento ao estabelecido no Edital nº 01/2013, abriu novo prazo de credenciamento, ampliando o seu Banco de Formadores.

14.5.3 Revista Themis

A partir do Volume nº 13, referente ao ano de 2015, o periódico passou a contar com duas novidades: recebimento de artigos em fluxo contínuo, com a adoção do sistema *double blind review* (duplo cego) nas avaliações; e a disponibilização *on-line*, em um site específico (<http://revistathemis.tjce.jus.br>), podendo ser acessada também a partir do Portal Esmec, no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). A publicação da Revista ganhou mais agilidade ao deixar de ser produzida exclusivamente no formato impresso. Com isso, o periódico tornou-se apto a alcançar uma grande quantidade de leitores pela sua disponibilidade na rede mundial de computadores, o que a torna qualificada para receber artigos de todos os estados do Brasil e mesmo do exterior. Tais iniciativas credenciam a Themis para a obtenção do *Qualis*, o selo de qualidade da Capes.

14.5.4 Publicações apenas on-line

No Portal Esmec, podem ser encontrados relatórios de gestão e informativos (jornais/revistas) no formato PDF. No atual biênio, devido a restrições orçamentárias, que levaram o Parque Gráfico do Tribunal a limitar suas impressões, a Esmec disponibilizou em seu Portal o seu Jornal nº 4 e o Relatório de Gestão do Des. Paulo Ponte apenas na versão *on-line*.

14.5.5 Consulta

Numa iniciativa inédita, a Esmec, por meio de um *link* específico em sua página na internet, procurou ouvir magistrados e servidores do Judiciário sobre os cursos de suas preferências.



Entre 31 de março e 30 de abril de 2015, estes públicos puderam escolher os cursos que gostariam de ver ofertados pela Escola, além de terem respondido a outros questionamentos.

14.6 Infraestrutura e segurança

14.6.1 Melhorias na infraestrutura da Escola

Aquisição de novo mobiliário para a Assessoria Pedagógica; reestruturação do *layout* da sala da Biblioteca, com a implantação de três pontos de internet e três cabines para leitura dos alunos, além da aquisição de 1.146 obras (livros e periódicos) no período de 6 de fevereiro de 2015 a 16 de novembro de 2016.

14.6.2 Segurança

A Esmec passou a dispor de dois policiais no período da manhã, mantendo-se um segurança à noite. Além disso, sempre que ocorrem grandes eventos na Escola, a Secretaria Executiva solicita ao TJCE reforço policial.

14.7 Comunicação

Durante o biênio, foram intensificados e otimizados os canais de comunicação já existentes, com o objetivo de melhorar e ampliar a divulgação das atividades da Escola. Exemplos:

- i. Dinamização e maior interação do Portal Esmec, que vem obtendo grande aceitação dos internautas, tanto nos comentários enviados para o *link* Fale Conosco, como na Enquete disponibilizada na página principal do Portal, que chegou em novembro de 2016 com mais de 800 votos computados, obtendo-se 86% de aprovação dos participantes (conceitos muito bom e bom);
- ii. Novo *layout* do Portal, elaborado pela equipe da Setin e Ascom/TJCE, com objetivo de padronizar o endereço eletrônico da Esmec, tornando-o semelhante aos portais do TJCE e da Corregedoria. O novo desenho foi finalizado em novembro de 2016;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

- iii. Maior utilização do sistema de envio de informações (por meio do sistema SMS) para magistrados, fruto da parceria com a Associação Cearense de Magistrados (ACM);
- iv. Disseminação de informações para *e-mail* de magistrados, imprensa e outros públicos, com o objetivo de divulgar para o maior número possível de pessoas as ações da Escola e dar total transparência às atividades desenvolvidas;
- v. Envio constante de informações e fotos para a Assessoria de Comunicação do TJCE, além de *banner* para intranet do Tribunal, objetivando a divulgação de eventos da Escola.

14.8 Ações e projetos setoriais

14.8.1 Cursos

14.8.1.1 Mestrado

Fruto de uma parceria com a Universidade Estadual do Ceará, e total apoio do TJCE, a Esmec lançou seu primeiro curso de pós-graduação *strictu sensu*: Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP), com 40 vagas destinadas a magistrados e outros profissionais do Direito. As aulas foram iniciadas em 7 de março de 2016. Por meio deste curso de excelência, que goza de conceito 5 na Capes/MEC (nota máxima para programas de mestrado), nossos mestrandos têm a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos em planejamento e políticas públicas, os quais levarão para o seu cotidiano de trabalho, redundando em benefícios inestimáveis à Justiça do Ceará.

14.8.1.2 Especialização

Depois de cinco anos, a Esmec voltou a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* em 2015. Foram abertas 180 vagas para os cursos de Especialização em Direito e Processo Constitucional (turma VIII), Processo Civil e Gestão do Processo (turma IV) e Processo Penal (turma III). A aula magna foi proferida pelo ministro Raul Araújo, do Superior Tribunal de Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

(STJ), no dia 4 de setembro de 2015, que falou sobre “A Responsabilidade Civil do Estado na Jurisprudência do STJ”. Neste mesmo dia, foi lançado o I Fórum Cultural da Esmec, com a apresentação da Camerata da Unifor e exposição de obras de consagrados artistas cearenses, tais como Aldemir Martins, Antonio Bandeira, Barrica e Sérvulo Esmeraldo.

14.8.1.3 Formação inicial de Magistrados

O V Curso de Formação Inicial de Magistrados, destinado aos juízes aprovados no último concurso do TJCE, constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento. Foi credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Portaria-Enfam nº 48/2016) e possui carga horária total de 521 h/a. O Curso teve início com o Módulo Nacional (41 h/a), ministrado por professores da Enfam, entre 11 e 15 de abril de 2016, na Esmec. O Módulo Local (480 h/a), devido ao grande número de magistrados, está sendo ofertado para duas turmas: a primeira formada por 29 juízes, que tiveram aulas (com ênfase para a prática judicante) na Esmec de 7 de outubro a 16 de dezembro de 2016; a segunda será composta por 40 juízes, que terão aulas no período de 1º de fevereiro a 12 de abril de 2017. A Esmec dispõe de 25 magistrados formadores, que foram capacitados pela Enfam para ministrar aulas no curso de Formação Inicial.

14.8.1.4 Aperfeiçoamento

Foram realizados os seguintes cursos na Esmec, promovidos pela Escola ou em parceria, a maior parte dos quais credenciados pela Enfam: Direito da Infância e Juventude (30 h/a), Lei Maria da Penha e a Violência Doméstica contra a Mulher (30 h/a), Direitos Humanos (25 h/a), O Novo Processo Civil Brasileiro (50 h/a), Técnica de Interrogatório (15 h/a), Teoria do Direito - Preparatório Mestrado e Doutorado em Direito da UFC (60 h/a), Fase Postulatória e Intervenção de Terceiros no Novo CPC (30 h/a), Direito Registral Imobiliário e Notarial (40 h/a), Preparação à Seleção do Mestrado e Doutorado em Direito da UFC (48 h/a), Mapas Mentais (8 h/a), Direito Tributário (15 h/a), Básico de Justiça Juvenil Restaurativa (30 h/a), Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e Construção de Paz (60 h/a), Ações Eleitorais Cíveis e Inelegibilidades (40 h/a), Os Juízes Eleitorais e a Legitimidade das Eleições (30 h/a), Facilitadores da Oficina da Parentalidade (21 h/a), Curso Básico de Direito à Saúde (20 h/a), Curso de Finanças Públicas e



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – FERMOJU

Orçamento (15 h/a), Curso de Metodologia Jurídica da Decisão (15 h/a), Curso “O Judiciário como Ator Político e a Democracia” (20 h/a), Mediação e Conciliação do Nupemec – aulas presenciais (várias turmas no biênio), Formação de Instrutores em Mediação Judicial – CNJ (40 h/a), Capacitação de Juízes Leigos (30 h/a), Programa de Desenvolvimento de Gestores (da SGP-TJCE, várias turmas) e cursos a distância (Administração Judiciária, Tutela do Direito de Resposta, Fundamentos das Decisões Judiciais e Formação de Formadores).

14.8.2 *Palestras, seminários e encontros*

Eventos realizados pela Esmec ou por parceiros, no auditório da Escola ou em salas de aula:

- i. Ciclos de Palestras sobre o novo CPC - Uma realização conjunta da Justiça Federal no Ceará, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/CE), Esmec e Escola Superior do Ministério Público (ESMP). O primeiro ciclo, realizado na Esmec, no dia 27 de março de 2015, teve mais de 1.500 pessoas inscritas. No III Ciclo, também na Esmec (dia 27 de agosto de 2015), foi lançado o concurso de artigos jurídicos Prêmio Professor Miramar da Ponte, que recebeu trabalhos científicos relacionados com novo CPC (Lei Federal nº 13.105/2015). Os autores dos melhores trabalhos receberam certificados e tiveram seus artigos jurídicos publicados na Revista Themis, volume 13;
- ii. Entrega da Medalha Des. Júlio Carlos - Em solenidade conduzida pela desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Presidente do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), sete personalidades foram agraciadas com a Medalha Desembargador Júlio Carlos de Miranda Bezerra, na noite de 18 de maio de 2016, no auditório da Esmec. Receberam a comenda, em razão de sua contribuição para o desenvolvimento e o aprimoramento das atividades administrativas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão da Esmec, por categorias, as seguintes personalidades: jurista Paulo Bonavides (categoria Corpo Docente), desembargador Roberto Portugal Bacellar (Professor Visitante), servidora Euwláudia de Figueiredo Fontenele Sampaio Cunha (Corpo Funcional) e aluna Leila Maria Bezerra D’Almeida Dumont (Corpo Discente); além dos seguintes Colaboradores: Napoleão Nunes Maia Filho (Ministro do